

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
---	----

Notas Explicativas	37
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	102
----------------------------------	-----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	105
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	106
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	109
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	110
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	111
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	66.052
Preferenciais	7.648
Total	73.700
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	13.187.000	12.986.000
1.01	Ativo Circulante	3.674.000	4.185.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	907.000	673.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	25.000	14.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	24.000	13.000
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	24.000	13.000
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.000	1.000
1.01.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	1.000	1.000
1.01.03	Contas a Receber	1.705.000	1.944.000
1.01.03.01	Clientes	1.705.000	1.944.000
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes e Outros	1.705.000	1.944.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	671.000	820.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	671.000	820.000
1.01.06.01.01	Tributos Sobre o Lucro a Recuperar	219.000	148.000
1.01.06.01.02	Outros Tributos a Recuperar	452.000	672.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	366.000	734.000
1.01.08.03	Outros	366.000	734.000
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	183.000
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro Setorial (Parcela A e Outros)	159.000	419.000
1.01.08.03.05	Outros Ativos Circulantes	207.000	132.000
1.02	Ativo Não Circulante	9.513.000	8.801.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.126.000	6.356.000
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	30.000	27.000
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	30.000	27.000
1.02.01.04	Contas a Receber	102.000	112.000
1.02.01.04.01	Contas a Receber de Clientes e Outros	102.000	112.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	7.000	18.000
1.02.01.07.01	Tributos sobre o Lucro Diferidos	7.000	18.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.987.000	6.199.000
1.02.01.10.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	45.000	147.000
1.02.01.10.04	Outros Tributos a Recuperar	1.780.000	1.692.000
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	162.000	148.000
1.02.01.10.08	Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	4.202.000	3.493.000
1.02.01.10.09	Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual)	796.000	717.000
1.02.01.10.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.000	2.000
1.02.03	Imobilizado	20.000	15.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	20.000	15.000
1.02.03.02.01	Direito de Uso	20.000	15.000
1.02.04	Intangível	2.367.000	2.430.000
1.02.04.01	Intangíveis	2.367.000	2.430.000
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	2.367.000	2.430.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	13.187.000	12.986.000
2.01	Passivo Circulante	2.632.000	3.642.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	165.000	135.000
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	165.000	135.000
2.01.01.02.01	Salários, Benefícios a Empregados e Encargos a Pagar	165.000	135.000
2.01.02	Fornecedores	784.000	1.015.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	783.000	1.229.000
2.01.05	Outras Obrigações	847.000	1.212.000
2.01.05.02	Outros	847.000	1.212.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	41.000	60.000
2.01.05.02.04	Passivo de Arrendamento	5.000	4.000
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	55.000	24.000
2.01.05.02.07	Outros Tributos e Encargos Setoriais a Recolher	183.000	260.000
2.01.05.02.08	Ressarcimento a Consumidores – Tributos Federais	299.000	524.000
2.01.05.02.09	Outros Passivos Circulantes	264.000	340.000
2.01.06	Provisões	53.000	51.000
2.02	Passivo Não Circulante	9.012.000	7.512.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.709.000	5.477.000
2.02.02	Outras Obrigações	2.124.000	1.879.000
2.02.02.02	Outros	2.124.000	1.879.000
2.02.02.02.03	Fornecedores e Contas a Pagar de Empreiteiros	63.000	57.000
2.02.02.02.04	Passivo de Arrendamento	18.000	12.000
2.02.02.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	90.000	5.000
2.02.02.02.06	Outros Tributos e Encargos Setoriais a Recolher	21.000	45.000
2.02.02.02.07	Ressarcimento a Consumidores – Tributos Federais	1.726.000	1.648.000
2.02.02.02.08	Imposto Corrente Passivo Longo Prazo	0	2.000
2.02.02.02.09	Salários, Benefícios a Empregados e Encargos a Pagar	49.000	47.000
2.02.02.02.10	Passivo Financeiro Setorial (Parcela A e Outros)	121.000	48.000
2.02.02.02.11	Outros Passivos Não Circulantes	36.000	15.000
2.02.04	Provisões	179.000	156.000
2.03	Patrimônio Líquido	1.543.000	1.832.000
2.03.01	Capital Social Realizado	663.000	663.000
2.03.02	Reservas de Capital	446.000	485.000
2.03.04	Reservas de Lucros	533.000	676.000
2.03.04.01	Reserva Legal	68.000	68.000
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	112.000	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	353.000	353.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	255.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-99.000	8.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.931.000	8.498.000
3.01.01	Receita Bruta	11.278.000	12.091.000
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-3.347.000	-3.593.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.374.000	-7.006.000
3.02.01	Custos com Energia Elétrica	-4.684.000	-5.547.000
3.02.02	Custos de Construção	-897.000	-719.000
3.02.03	Custos de Operação	-793.000	-740.000
3.03	Resultado Bruto	1.557.000	1.492.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-587.000	-547.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-76.000	-72.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-334.000	-308.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-177.000	-167.000
3.04.05.01	Perdas de Créditos Esperadas	-177.000	-167.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	970.000	945.000
3.06	Resultado Financeiro	-747.000	-439.000
3.06.01	Receitas Financeiras	277.000	133.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	277.000	133.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.024.000	-572.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-866.000	-534.000
3.06.02.02	Outros Resultados Financeiros, Líquidos	-158.000	-38.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	223.000	506.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-66.000	-130.000
3.08.01	Corrente	-1.000	-14.000
3.08.02	Diferido	-65.000	-116.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	157.000	376.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	157.000	376.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	2,13	5,04
3.99.01.02	PNA	2,13	5,04
3.99.01.03	PNB	2,34	5,54

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	157.000	376.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-107.000	-37.000
4.02.01	Obrigações com Benefícios à Empregados	-65.000	6.000
4.02.03	Tributos Diferidos sobre Resultados Abrangentes	22.000	-2.000
4.02.04	Hedge de Fluxo de Caixa	-96.000	-61.000
4.02.05	Tributos Diferidos sobre Resultados Abrangentes	32.000	20.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	50.000	339.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	433.000	-376.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.185.000	920.000
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	157.000	376.000
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	367.000	350.000
6.01.01.03	Baixa de Ativos Não Circulantes	47.000	31.000
6.01.01.04	Tributos sobre o Lucro	66.000	130.000
6.01.01.05	Resultado Financeiro, Líquido	747.000	439.000
6.01.01.06	Valor de Reposição Estimado da Concessão	-199.000	-406.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-752.000	-1.296.000
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes e Outros	327.000	-475.000
6.01.02.02	Fornecedores e Contas Pagar de Empreiteiros	-254.000	174.000
6.01.02.03	Salários, Benefícios a Empregados e Encargos a Pagar, Líquidos	-45.000	-18.000
6.01.02.04	Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, Líquidos (Parcela A e Outros)	403.000	-589.000
6.01.02.05	Outros Tributos a Recuperar (Recolher) e Encargos Setoriais, Líquidos	-178.000	-71.000
6.01.02.06	Provisões, Líquidas dos Depósitos Judiciais	-17.000	-9.000
6.01.02.07	Outros Ativos e Passivos, Líquidos	-243.000	-17.000
6.01.02.08	Encargos de Dívidas Pagos	-620.000	-273.000
6.01.02.09	Instrumentos Derivativos Recebidos (Pagos), Líquidos	-239.000	-4.000
6.01.02.10	Rendimento de Aplicação Financeira	127.000	15.000
6.01.02.11	Juros Pagos – Arrendamentos	-3.000	-2.000
6.01.02.12	Tributos sobre o Lucro Pagos	-10.000	-27.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-955.000	-760.000
6.02.02	Concessão Serviço Público (Ativo Contratual)	-947.000	-750.000
6.02.03	Aplicação de Títulos e Valores Mobiliários	-191.000	-20.000
6.02.04	Resgate de Títulos e Valores Mobiliários	183.000	10.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	756.000	1.081.000
6.03.02	Captção de Empréstimos e Financiamentos	1.936.000	2.324.000
6.03.03	Pagamento dos Custos de Captação	-18.000	-14.000
6.03.04	Amortização de Principal dos Empréstimos e Financiamentos	-1.050.000	-1.307.000
6.03.05	Depósitos em Garantias	-1.000	8.000
6.03.06	Obrigações Especiais	46.000	22.000
6.03.07	Pagamento de Principal – Arrendamentos	-5.000	-5.000
6.03.08	Instrumentos Derivativos Recebidos, Líquidos	200.000	259.000
6.03.09	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos aos Acionistas	-313.000	-206.000
6.03.10	Resgate de ações	-39.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	234.000	-55.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	673.000	728.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	907.000	673.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	663.000	485.000	676.000	0	8.000	1.832.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	663.000	485.000	676.000	0	8.000	1.832.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-39.000	-255.000	-45.000	0	-339.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-40.000	0	-40.000
5.04.11	Aprovação dos Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-255.000	0	0	-255.000
5.04.19	Dividendos Mínimos Obrigatórios	0	0	0	-5.000	0	-5.000
5.04.20	Retenção de ações	0	-39.000	0	0	0	-39.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	157.000	-107.000	50.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	157.000	0	157.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-107.000	-107.000
5.05.02.07	Ganhos e Perdas Atuariais, Líquidos	0	0	0	0	-43.000	-43.000
5.05.02.08	Efeito Hedge de Fluxo de Caixa, Líquidos	0	0	0	0	-64.000	-64.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	112.000	-112.000	0	0
5.06.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	112.000	-112.000	0	0
5.07	Saldos Finais	663.000	446.000	533.000	0	-99.000	1.543.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	663.000	485.000	509.000	0	45.000	1.702.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	663.000	485.000	509.000	0	45.000	1.702.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-109.000	-100.000	0	-209.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-76.000	0	-76.000
5.04.11	Aprovação dos Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-109.000	0	0	-109.000
5.04.19	Dividendos Mínimos Obrigatórios	0	0	0	-24.000	0	-24.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	376.000	-37.000	339.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	376.000	0	376.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-37.000	-37.000
5.05.02.07	Efeitos dos Planos de Benefícios de Empregados das Investidas	0	0	0	0	4.000	4.000
5.05.02.08	Efeito Hedge de Fluxo de Caixa, Líquidos	0	0	0	0	-41.000	-41.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	276.000	-276.000	0	0
5.06.06	Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	0	0	21.000	-21.000	0	0
5.06.07	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	255.000	-255.000	0	0
5.07	Saldos Finais	663.000	485.000	676.000	0	8.000	1.832.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	11.101.000	11.924.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.278.000	12.091.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-177.000	-167.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.534.000	-7.190.000
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-5.199.000	-6.068.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.335.000	-1.122.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.567.000	4.734.000
7.04	Retenções	-367.000	-350.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-367.000	-350.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.200.000	4.384.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.174.000	791.000
7.06.02	Receitas Financeiras	1.174.000	791.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.374.000	5.175.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.374.000	5.175.000
7.08.01	Pessoal	322.000	305.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	192.000	172.000
7.08.01.02	Benefícios	188.000	152.000
7.08.01.04	Outros	-58.000	-19.000
7.08.01.04.01	Encargos Sociais (Exceto INSS)	19.000	29.000
7.08.01.04.02	Férias e 13º Salário	43.000	40.000
7.08.01.04.04	(-)Transferências para ordens	-130.000	-96.000
7.08.01.04.05	Outros	10.000	8.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.991.000	3.270.000
7.08.02.01	Federais	1.176.000	1.194.000
7.08.02.02	Estaduais	1.805.000	2.069.000
7.08.02.03	Municipais	10.000	7.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.904.000	1.224.000
7.08.03.01	Juros	1.904.000	1.223.000
7.08.03.02	Aluguéis	0	1.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	157.000	376.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	40.000	76.000
7.08.04.02	Dividendos	5.000	279.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	112.000	21.000

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Neoenergia Pernambuco | Relatório da Administração | 2022.

DESTAQUES (R\$ MM) 4T22	4T22	4T21	Δ %	2022	2021	Δ %
Margem Bruta	643	537	20%	2.216	2.124	4%
EBITDA	437	295	48%	1.331	1.287	3%
Resultado Financeiro	(215)	(176)	22%	(747)	(439)	70%
Lucro Líquido	97	23	322%	157	376	(58%)
INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada (GWh)	4.452	4.679	(4,9%)	17.135	17.628	(2,8%)
Energia Distribuída (GWh)	3.650	3.808	(4,1%)	14.246	14.607	(2,5%)
Número de Clientes (mil)	3.950	3.888	1,6%			
DEC anualizado (horas)	11,74	11,77	(0,03)			
FEC anualizado (interrupções)	4,77	5,20	(0,43)			
Perdas Totais 12 meses (%)	16,58%	17,13%	0,03 p.p.			
Indicadores Financeiros de Dívida ¹	2022	2021	Varição			
Dívida Líquida ² /EBITDA ³	4,98	4,42	0,56			
EBITDA/Resultado Financeiro ³	1,78	2,93	(1,15)			
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA				

⁽¹⁾ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants⁽²⁾ Dívida Líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários⁽³⁾ EBITDA e Resultado Financeiro de 12 meses**Destaques Financeiros e Operacionais:**

- EBITDA Caixa (ex- VNR) de R\$ 381 milhões no trimestre (+87% vs. 4T21) e, no acumulado, de R\$ 1.132 milhões (+28% vs. 2021);
- Despesas Operacionais no 4T22 de R\$ 173 milhões (-11% vs. 4T21) e de R\$ 708 milhões em 2022 (+6% vs. 2021), em linha com a inflação;
- Lucro Líquido de R\$ 97 milhões no 4T22 (+R\$ 74 milhões vs. 4T21) e R\$ 157 milhões em 2022 (-R\$ 219 milhões vs. 2021);
- R\$ 898 milhões de Capex em 2022, maior parte dedicada à expansão da rede;
- Arrecadação no 4T22 de 99,70%, acima do observado no 3T22 e no 4T21;
- DEC 12 meses de 11,74h (abaixo do regulatório de 12,94h) e FEC 12 meses de 4,77x (abaixo do regulatório de 7,99x);
- Sucesso na conclusão do processo da OPA, com a realização da AGE, atingindo 100% de participação acionária da Neoenergia, e Conversão de Registro para Categoria B.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado de 31 de dezembro de 2022



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2022 foi de grandes desafios e realizações para a Neoenergia Pernambuco.

No primeiro semestre, enfrentamos um novo surto da COVID-19 com a chegada da variante Ômicron, impactando nossas operações. Seguimos todos os protocolos e avançamos firme no compromisso com a saúde e segurança dos nossos colaboradores. Ainda neste período, passamos por uma crise sem precedentes na região metropolitana do estado ocasionada pelo fenômeno climático DOL - Onda de leste. Cenário que conseguimos vencer com a dedicação das nossas equipes e o apoio de todo o grupo Neoenergia. Além disso, em 2022, conseguimos finalizar os cinco planos de resultados do órgão regulador com indicadores satisfatórios e com o menor indicador de DEC da história da Neoenergia Pernambuco.

Realizamos investimentos na ordem de R\$ 898MM, 30% a mais comparado ao ano anterior. Foram nove alimentadores construídos, além da instalação e automatização de 234 religadores de linha. Os investimentos aliados às ações adotadas por nossas equipes, contribuíram para obtermos um DEC e FEC abaixo do limite regulatório - com DEC de 11,74 horas o melhor resultado histórico do indicador na Neoenergia Pernambuco.

Avançamos no atendimento aos nossos clientes. Realizamos mais de 132 mil novas ligações e 29 mil novas GDs. Foram mais de 68 milhões de atendimentos por meio dos canais digitais, representando 93% das nossas interações comerciais ao longo do ano. Além disso, inauguramos a primeira loja prime do grupo no Brasil, com um conceito moderno de atendimento.

Trabalhamos forte na gestão da receita, realizamos a regularização de 63 mil clandestinos e obtivemos uma redução expressiva de 0,6 p.p no indicador de perdas comparado com 2021. Além disso, no 4T22 tivemos um impacto positivo na inadimplência, com resultado 0,5% abaixo do 4T21. Tivemos uma redução na energia injetada, com uma retração de 2,8% em relação a 2021 devido a menores temperaturas e maiores chuvas. Nos indicadores financeiros, fechamos 2022 com um EBITDA 3% maior comparado com o ano anterior.

O compromisso de melhorar a qualidade dos nossos serviços e a experiência dos nossos clientes continua, com foco em recuperação de energia, combate à inadimplência e melhoria nos índices de qualidade e atendimento - sempre prezando pela integridade e, acima de tudo, pela segurança. Para continuarmos crescendo em 2023, contamos com o compromisso e a energia dos nossos colaboradores e com o apoio dos acionistas e fornecedores parceiros.

Obrigado pela confiança e sigamos em frente!

Saulo Cabral e Silva

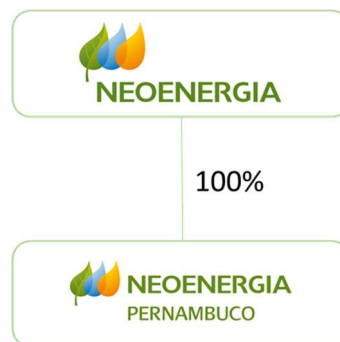
Diretor-presidente da Neoenergia Pernambuco

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Resultado de 31 de dezembro de 2022****1. A COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – NEOENERGIA PERNAMBUCO**

A Neoenergia Pernambuco detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 184 municípios do estado de Pernambuco, a totalidade do estado, além do Distrito de Fernando de Noronha e do município de Pedras de Fogo no Estado da Paraíba (PB), abrangendo uma área de concessão de 98,5 mil km².

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de Dezembro de 2022 a Estrutura Acionária da Companhia era:

**2. AMBIENTE MACROECONÔMICO**

No início de 2022, as projeções para a economia eram marcadas pelas incertezas de um cenário turbulento que estava por vir. De um lado, o fim da crise hídrica e a retomada econômica após a contenção da 2ª onda da pandemia de Covid-19 traziam otimismo para o país, do outro, as eleições presidenciais e seus desdobramentos geravam incertezas e preocupações para o cenário econômico.

O Relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2021, projetou para 2022 um PIB (Produto Interno Bruto) praticamente flat em relação ao ano anterior, crescendo apenas 0,36%, e um IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 5,03%, com Taxa Selic de 11,50%, ainda visando conter os impactos da alta inflacionária do ano anterior.

O ano confirmou as incertezas da eleição presidencial, que gerou especulações e preocupações acerca das medidas que seriam tomadas, principalmente no âmbito fiscal e seus desdobramentos no futuro da economia.

Os confrontos entre a Rússia e a Ucrânia logo no início de 2022 impactaram a economia mundial, elevando o preço dos combustíveis no mundo e tendo reflexos no cenário macro brasileiro.

Como medida para conter a inflação, o Banco Central promoveu seguidas altas da Taxa Selic, que encerrou 2021 em 9,25%, chegando a 13,75% no final de 2022.

Com isso, a inflação medida pelo IPCA, que chegou a atingir 2 dígitos ao final de 2021, encerrou 2022 com alta acumulada de 5,79%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação ao PIB, a economia encerrou 2022 com perspectiva de crescimento de 3,1%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as projeções de início de ano de crescimento de apenas 0,36%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado de 31 de dezembro de 2022



O índice Ibovespa encerrou 2022 com uma alta de 4,69%, crescimento este menor que a inflação registrada no período, que, de certa forma, reflete a saída de investidores de renda variável em direção a renda fixa, em virtude da maior Selic.

Quanto ao consumo de energia, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), houve um aumento de apenas 0,3% em relação a 2021. O consumo no ano foi impactado pelas baixas temperaturas e chuvas acima das registradas no ano anterior nas diversas regiões do país.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Tarifas

Em 26 de abril, a Aneel aprovou o reajuste tarifário da Neoenergia Pernambuco, com efeito médio para o consumidor de 18,98%, aplicados desde 29 de abril.

A variação da Parcela A foi de 10,58%, totalizando R\$ 5.040,4 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 35,99% nos encargos setoriais e 9,48% nos custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 257,39/MWh. Já a variação da Parcela B foi de 14,82% (R\$ 2.301,7 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste havido, de 14,77%, deduzida do Fator X, de - 0,05%.

3.2. Principais Discussões Tarifárias ocorridas ao longo do ano

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC

Em 23 de fevereiro, a ANEEL publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de Geração, Transmissão e Distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2022 a fevereiro de 2023. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às distribuidoras no período foi de 7,15%, enquanto em 2021 era aproximadamente 7,02%; para as transmissoras e usinas cotistas foi 6,93%, enquanto em 2021 era aproximadamente 6,76%.

Marco Legal Geração Distribuída

Em 7 de janeiro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.300, que instituiu o marco legal de Mini e Microgeração Distribuída (MMGD). Ficou estabelecido que as unidades que já possuem MMGD e as que aderirem em até 12 meses da publicação dessa lei, permaneceriam com o atual benefício até dezembro de 2045. Para os consumidores que aderissem após 12 meses, foi prevista regra de transição com cobranças parciais progressivas a cada ano até atingir, em 2029, a cobrança integral dos componentes tarifários que visam remunerar as distribuidoras (TUSD Fio B). A complementação durante a transição será realizada através de subvenção com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Lei Complementar nº 194 – ICMS

Em 23 de junho, foi publicada a Lei Complementar nº 194/2022, estabelecendo teto para a alíquota de ICMS sobre os setores de combustíveis, gás, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. O texto limita a incidência do tributo a 18% ao classificar tais serviços como essenciais. Além disso, na sanção presidencial, foi mantida a previsão de não incidência do ICMS sobre os serviços de transmissão e distribuição e seus respectivos encargos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Resultado de 31 de dezembro de 2022****Revisão Tarifária Extraordinária decorrente da Lei nº 14.385/22**

Em 12 de julho, foi homologada nova tarifa para Neoenergia Pernambuco, decorrente da Revisão Tarifária Extraordinária motivada pela aplicação da Lei nº 14.385/2022, que trata da devolução de valores advindos de ações judiciais transitadas em julgado que estabeleceram a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins cobrado na conta de energia.

Como a Neoenergia Pernambuco já havia proposto antecipação de repasse desses créditos nos reajustes anteriores, de 2021 e 2022, então, o efeito da redução das tarifas em função dos novos procedimentos foram apenas relativos à revisão da projeção de compensação de tais créditos nos 12 meses posteriores. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de -4,07%.

Atualização dos valores adicionais das Bandeiras Tarifárias

Por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 3.051/2022, publicada em 29 de junho, foram estabelecidos os novos valores adicionais das Bandeiras Tarifárias para o período de julho de 2022 a junho de 2023. O acréscimo verificado nos valores se deve, entre outros, aos dados do mercado de compra de energia durante o período de escassez hídrica em 2021, ao custo do despacho térmico em razão da alta do custo dos combustíveis e à correção monetária pelo IPCA.

Adicional (R\$/MWh)	Verde	Amarela	Vermelha 1	Vermelha 2
2021	-	18,74	39,71	94,92
2022	-	29,89	65,00	97,95
Var. %	-	59,5%	63,7%	3,2%

Tabela 1 – Comparação entre novos valores e os anteriormente vigentes

Repasse de recursos da CDE

Em 22 de julho, a ANEEL divulgou o Despacho nº 1.959, que fixou os valores aportados na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) pela Eletrobras que deveriam ser repassados às distribuidoras até 29/07/2022. Esse recurso foi repassado à CDE de acordo com comando contido na Lei nº 14.182/2021 (privatização da Eletrobras) que condicionou a concessão de novas outorgas ao pagamento pela Eletrobras ou por suas subsidiárias à CDE, de 50% do valor adicionado à concessão pelos novos contratos. A Neoenergia Pernambuco recebeu, em 27/07/2022, R\$ 187,03 milhões, que representa cerca de 3,5% do total distribuído.

Sobrecontratação das Distribuidoras – 2016 e 2017

A ANEEL divulgou, em 12 de agosto, o Despacho nº 2.168/2022, que deu parcial provimento aos pedidos de reconsideração interpostos pelas distribuidoras em face do Despacho nº 2.508/2020, que homologou os montantes de exposição e sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição para os anos de 2016 e 2017, alegando aplicação de critério assimétrico de involuntariedade com base no valor do PLD, onde o risco de perder seria sempre da distribuidora e o ganho sempre do consumidor. Adicionalmente, na análise dos recursos interpostos pelas distribuidoras contra o referido despacho, na Nota Técnica nº 121/2021, a área técnica da ANEEL criou uma nova regra para apurar a involuntariedade da migração ao ACL em 2016, na qual propunha o reconhecimento apenas da sobra involuntária acima de um limite arbitrário de 102,5%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado de 31 de dezembro de 2022



O Despacho nº 2.168/2022 reconheceu a tese de que houve aplicação retroativa de nova interpretação e reformou a decisão do Despacho nº 2.508/2022, colocando-se contra o posicionamento das áreas técnicas da ANEEL e excluindo o critério assimétrico baseado no valor do PLD, decisão que favoreceu a Neoenergia Coelba. O despacho também criou precedente para limitar inovações fora do escopo regulatório vigente pelas áreas técnicas da ANEEL, colocando-se contra a criação de critérios inexistentes na norma

3.3. Medidas associadas à Covid-19

Admissibilidade de Revisão Tarifária Extraordinária

Em 15 de julho, foi publicado o Despacho nº 1.890/2022 (SGT/ANEEL), que reconheceu a admissibilidade dos pleitos de revisão tarifária extraordinária decorrentes da pandemia do Coronavírus de sete concessionárias de distribuição de energia, incluindo a Neoenergia Pernambuco. Essa etapa de admissibilidade, que verifica o cumprimento dos requisitos para o pleito de RTE Covid, está prevista na regulamentação específica. De acordo com a ANEEL, foi aberto processo para análise de mérito dos pedidos. As próximas etapas serão a apresentação de proposta pela área técnica e a abertura de consulta pública.

3.4. Medidas associadas à Crise Hídrica

Conta Escassez Hídrica

Em 14 de janeiro, foi publicado o Decreto nº 10.939/2022, que autorizou a criação da Conta Escassez Hídrica pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Essa conta se destinava a receber recursos para cobertura total ou parcial dos custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as distribuidoras, e dos diferimentos estabelecidos em processos tarifários recentes, associados a questões macroeconômicas (inflação, câmbio e alta do preço internacional dos combustíveis). Em 18 de março, a ANEEL definiu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta e em maio houve a liberação de R\$ 86,55 milhões para a Neoenergia Pernambuco.

Fim da Bandeira Escassez Hídrica

Em abril, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) definiu que a partir de 16 de abril, seria finalizada a cobrança da Bandeira Escassez Hídrica. Esta foi criada pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) para cobrir os custos adicionais de enfrentamento da escassez hídrica.

3.5. Liberalização do Mercado

Em 28 de setembro, foi publicada a Portaria nº 50/GM/MME, estabelecendo que a partir de 01/01/2024 os consumidores do Grupo A poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN, sendo que, para aqueles com carga individual inferior a 500kW, fica estabelecida a obrigatoriedade de representação por agente varejista perante a CCEE.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Resultado de 31 de dezembro de 2022****4. DESEMPENHO OPERACIONAL****4.1. Número de Consumidores**

A Companhia encerrou 2022 com 3.950 mil consumidores, 62 mil novos consumidores em relação a 2021 (+1,6%).

 Número de Consumidores (Em milhares)			Participação no Total %		2022 x 2021	
	2022	2021	2022	2021	Dif.	%
Residencial	3.555	3.484	90,0%	89,6%	71	2,0%
Industrial	5	5	0,1%	0,1%	-	-
Comercial	228	227	5,8%	5,8%	1	0,4%
Rural	130	139	3,3%	3,6%	(9)	(6,5%)
Outros	33	34	0,8%	0,9%	(1)	(2,9%)
Total	3.950	3.888	100%	100%	62	1,6%

4.2. Evolução do Mercado

			Participação no Total %		4T22 x 4T21				Participação no Total %		2022 x 2021	
	4T22	4T21	4T22	4T21	Dif.	%	2022	2021	2022	2021	Dif.	%
Energia Distribuída (GWh)												
Residencial	1.389	1.412	53,0%	51,3%	(23)	(1,6%)	5.394	5.454	52,4%	51,4%	(60)	(1,1%)
Industrial	104	122	4,0%	4,4%	(18)	(14,8%)	445	500	4,3%	4,7%	(55)	(11,0%)
Comercial	520	555	19,8%	20,2%	(35)	(6,3%)	2.098	2.119	20,4%	20,0%	(21)	(1,0%)
Rural	139	183	5,3%	6,7%	(44)	(24,0%)	506	678	4,9%	6,4%	(172)	(25,4%)
Outros	468	478	17,9%	17,4%	(10)	(2,1%)	1.849	1.863	18,0%	17,5%	(14)	(0,8%)
Total Energia Distribuída (Cativa)	2.620	2.750	72%	72%	(130)	(4,7%)	10.292	10.614	72%	73%	(322)	(3,0%)
Mercado Livre	1.030	1.058	28,2%	27,8%	(28)	(2,6%)	3.954	3.993	27,8%	27,3%	(39)	(1,0%)
Total Energia Distribuída (Cativa + Livre)	3.650	3.808	100%	100%	(158)	(4,1%)	14.246	14.607	100%	100%	(361)	(2,5%)

A energia distribuída (cativo + livre) no 4T22 foi de 3.650 GWh, -4,1% vs. 4T21 e de 14.246 GWh em 2022, -2,5% vs. 2021, explicada, principalmente, pelo maior volume de chuvas, menores temperaturas no período e migração de um cliente para rede básica.

O consumo residencial no 4T22 apresentou uma queda de 1,6% vs. 4T21 e de 1,1% no ano, impactado, principalmente pelas menores temperaturas no período e maior volume de chuvas.

O segmento cativo da classe industrial reduziu 14,8% vs. 4T21 e 11,0% vs. 2021. Quando analisado em conjunto com o mercado livre, a redução foi de 3,7% no trimestre e 2,1% no ano, explicada, principalmente, pela migração de um grande cliente industrial para a rede básica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Resultado de 31 de dezembro de 2022**

A classe comercial cativa apresentou queda de 6,3% no 4T22 vs. 4T21 e de 1,0% em 2022 vs. 2021, explicada por maior volume de chuvas, bem como temperaturas inferiores.

Na classe rural, o resultado do 4T22 ficou 24,0% abaixo do 4T21 e em 2022, 25,4% abaixo de 2021, explicado pelo maior volume de chuvas, o que gerou uma menor demanda de irrigação.

As outras classes apresentaram decréscimo de 2,1% no trimestre e de 0,8% no ano vs 2021.

4.3. Balanço Energético

A energia injetada (energia fornecida aos clientes próprios + concessionárias de fronteira + clientes livres + perdas) atingiu o patamar de 4.452 GWh no 4T22, -4,9% vs. 4T21 e de 17.135 GWh em 2022, -2,8% vs. 2021.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T22	4T21	4T22 x 4T21		2022	2021	2022 x 2021	
			Dif	%			Dif	%
								
Mercado Cativo	2.620	2.750	(130)	(4,7%)	10.292	10.614	(322)	(3,0%)
Mercado Livre + Suprimento	1.030	1.058	(27)	(2,6%)	3.954	3.993	(39)	(1,0%)
Energia Distribuída (A)	3.650	3.808	(158)	(4,1%)	14.246	14.607	(361)	(2,5%)
Energia Perdida (B)	680	802	(122)	(15,2%)	2.835	3.045	(210)	(6,9%)
Não Faturado (C)	122	69	53	76,81%	53	(25)	78	(312,0%)
Energia Injetada (D) = (A) + (B) + (C)	4.452	4.679	(227)	(4,9%)	17.135	17.628	(493)	(2,8%)

4.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

	Perdas totais 12 meses (%)														
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total				
	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22
	8,20%	8,38%	8,53%	8,60%	8,60%	8,93%	8,73%	8,61%	8,17%	7,98%	17,13%	17,11%	17,14%	16,77%	16,58%
															Aneel 22
	Perdas totais 12 meses (GWh)														
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total				
	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22
	1.446	1.470	1.496	1.493	1.474	1.574	1.531	1.511	1.418	1.367	3.020	3.002	3.007	2.911	2.842
															Aneel 22

NOTAS: * Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2022 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2021 foram ajustados com a apuração definitiva. A tabela no 2T22, 3T22 e 4T22 normaliza o impacto da Resolução Normativa ANEEL 1000/2021.

A partir do 2T22, as perdas foram afetadas pela Resolução Normativa ANEEL 1000/2021, que ampliou o prazo de ampla defesa, aumentando assim o prazo entre a inspeção e a emissão da fatura, o que aumenta o não faturado, afetando o indicador de perdas. Esse efeito é temporário e será carregado na visão 12 meses. Ademais, não há impacto no Resultado Econômico da Companhia.

As Perdas Totais na visão 12 meses encerraram o 4T22 em 16,86%, e sem o impacto da REN 1000 foi de 16,58%, abaixo do observado no 3T22 e 4T21. A Neoenergia Pernambuco segue em busca do patamar regulatório de 14,97%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Resultado de 31 de dezembro de 2022**

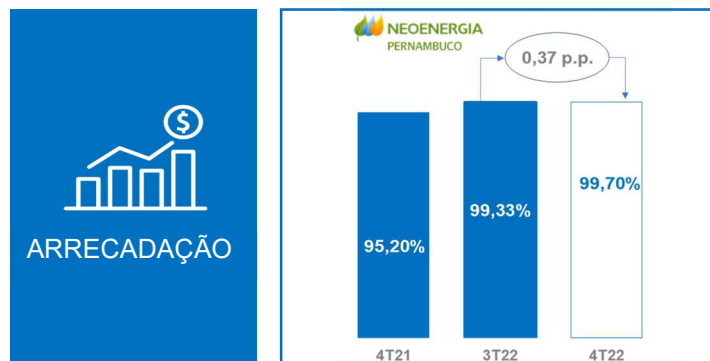
A Companhia vem atuando no plano de combate às perdas e em 2022 as principais ações foram:

- (i) Realização de mais de 150 mil inspeções, com recuperação de mais de 152 GWh de energia;
- (ii) Regularização de mais de 63 mil ligações clandestinas;
- (iii) Substituição de 127 mil medidores obsoletos;
- (iv) Atuação contínua na Iluminação Pública, atualizando mais de 217 mil pontos de cadastro e recuperando 16 GWh;
- (v) Substituição de rede de distribuição convencional por uma rede blindada em áreas de alta complexidade social.

4.5. Arrecadação e Inadimplência

O índice de arrecadação é um indicador impactado diretamente pela capacidade de pagamento dos clientes e da eficácia das ações de cobrança da Companhia.

O gráfico abaixo retrata a boa performance do índice de arrecadação sobre contas vencidas ao longo dos trimestres.



A arrecadação no 4T22 segue em patamares elevados, confirmando o sucesso das ações de cobrança. A taxa de arrecadação atingiu 99,70% no trimestre, acima do observado no 3T22 e em relação ao 4T21.

PECLD / ROB	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	3T22 x 4T22	4T21 x 4T22	2022	2021	Var.	Limite Regulatório
NEOENERGIA PERNAMBUCO ROB	2.603	2.555	2.367	2.021	2.223	10,00%	(14,60%)	9.166	9.249	(0,90%)	9.166
NEOENERGIA PERNAMBUCO PECLD	57	58	49	51	38	(25,49%)	(34,08%)	195	176	11,11%	153
Inadimplência	2,20%	2,25%	2,06%	2,54%	1,70%	(0,84 p.p.)	(0,50 p.p.)	2,13%	1,90%	0,23 p.p.	1,67%

NOTA: PECLD considera o valor provisionado + correção monetária.

No 4T22 foram adotadas diversas ações de cobrança com intuito de diminuir o índice de inadimplência e, consequentemente, melhorar a arrecadação. Dentre elas, podemos destacar:

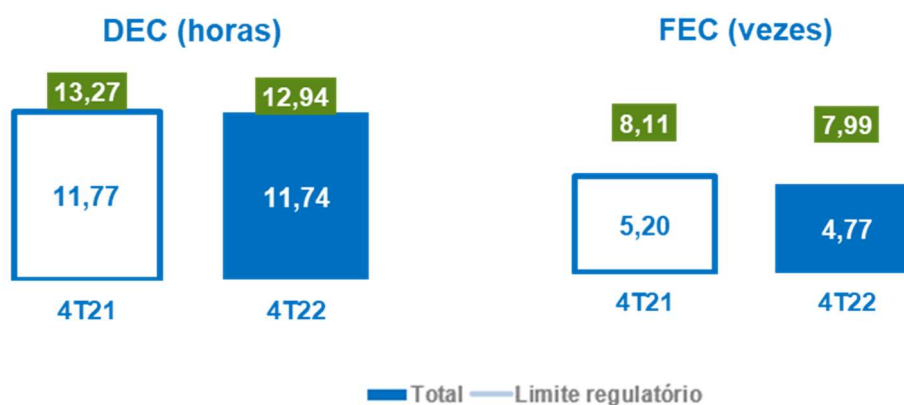
- (i) 12,2 milhões cobranças telefônicas através de SMS e URA;
- (ii) 8,6 milhões cobranças por e-mail;
- (iii) Negativações de 916 mil consumidores;
- (iv) Realização de 86,4 mil suspensões de fornecimento por meio de atuação em concentrações georreferenciadas;
- (v) Cobrança terceirizadas através das assessorias de cobrança;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Resultado de 31 de dezembro de 2022**

- (vi) Utilização de novas tecnologias visando de aumentar os meios de pagamento;
- (vii) Campanha de negociação para dívidas superiores a 180 dias, no período de agosto a dezembro/22;
- (viii) Ações sistemáticas para os Grandes Clientes e negociações com órgãos do Poder Público.

4.6. DEC e FEC

As melhorias nos resultados do DEC e FEC, que permitiram à Neoenergia Pernambuco superar os parâmetros regulatórios de qualidade, refletem diversas ações implementadas tanto na gestão, com revisão de processos, como em investimentos, no sistema de automação de suas subestações e equipamentos da rede de distribuição.



NOTA: Devido ao fato de o prazo de apuração dos indicadores de qualidade de dezembro de 2022 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de dezembro de 2021 foram ajustados para a apuração definitiva.

**5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

DRE (R\$ MM)	4T22	4T21	Variação		2022	2021	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	2.038	2.075	(37)	(2%)	7.602	7.998	(396)	(5%)
Custos Com Energia	(1.451)	(1.629)	178	(11%)	(5.585)	(6.280)	695	(11%)
Margem Bruta s/ VNR	587	446	141	32%	2.017	1.718	299	17%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	56	91	(35)	(38%)	199	406	(207)	(51%)
Margem Bruta	643	537	106	20%	2.216	2.124	92	4%
Despesa Operacional	(173)	(195)	22	(11%)	(708)	(670)	(38)	6%
PECLD	(33)	(47)	14	(30%)	(177)	(167)	(10)	6%
EBITDA	437	295	142	48%	1.331	1.287	44	3%
Depreciação	(95)	(93)	(2)	2%	(361)	(342)	(19)	6%
Resultado Financeiro	(215)	(176)	(39)	22%	(747)	(439)	(308)	70%
IR CS	(30)	(3)	(27)	900%	(66)	(130)	64	(49%)
LUCRO LÍQUIDO	97	23	74	322%	157	376	(219)	(58%)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Resultado de 31 de dezembro de 2022**

A Neoenergia Pernambuco encerrou o 4T22 com Margem Bruta de R\$ 643 milhões (+20% vs. 4T21), impulsionada pela variação da parcela B de +14,82% em abril/22. No acumulado, a Margem Bruta foi de R\$ 2.216 milhões (+4% vs. 2021), impulsionada pela variação da parcela B de +14,82% em abril/22 e pela revisão tarifária de abril de 2021, além do aumento da base de clientes.

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 173 milhões no 4T22 (-11% vs. 4T21) e R\$ 708 milhões em 2022 (+6% vs. 2021), em linha com a inflação, absorvendo o crescimento de clientes e o maior *headcount*, confirmando a disciplina de custos e a busca por eficiências.

No trimestre, a PECLD totalizou R\$ 33 milhões, R\$ 14 milhões abaixo do mesmo período do ano anterior. Já em 2022 foi de R\$ 177 milhões, R\$ 10 milhões acima de 2021. Vale destacar que o indicador de inadimplência (PECLD/ROB) encerrou o 4T22 em 1,70%, próximo ao limite regulatório de 1,67% e a arrecadação em 99,70%, o que denota o controle da inadimplência.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA no trimestre foi de R\$ 437 milhões, incremento de 48% vs. 4T21 e de R\$ 1.331 milhões em 2022, +3% vs. 2021. O EBITDA Caixa (ex-VNR) no 4T22 foi de R\$ 381 milhões, +87% vs. 4T21 e no ano foi de R\$ 1.132 milhões, +28% vs. 2021.

O Lucro Líquido foi de R\$ 97 milhões no 4T22 (+R\$ 74 milhões vs. 4T21) e de R\$ 157 milhões em 2022 (-R\$ 219 milhões vs. 2021).

5.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

EBITDA (R\$ MM)	4T22	4T21	Variação		2022	2021	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	97	23	74	322%	157	376	(219)	(58%)
Despesas financeiras (B)	(251)	(185)	(66)	36%	(866)	(534)	(332)	62%
Receitas financeiras (C)	50	32	18	56%	277	133	144	108%
Outros resultados financeiros líquidos (D)	(14)	(23)	9	(39%)	(158)	(38)	(120)	316%
Imposto de renda e contribuição social (E)	(30)	(3)	(27)	900%	(66)	(130)	64	(49%)
Depreciação e Amortização (F)	(95)	(93)	(2)	2%	(361)	(342)	(19)	6%
EBITDA = A-(B+C+D+E+F)	437	295	142	48%	1.331	1.287	44	3%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Resultado de 31 de dezembro de 2022****5.2. Resultado Financeiro**

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ MM)	4T22	4T21	Variação		2022	2021	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	33	6	27	450%	127	15	112	747%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(225)	(167)	(58)	35%	(890)	(432)	(458)	106%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(23)	(15)	(8)	53%	16	(22)	38	(173%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	-	26	(26)	(100%)	79	117	(38)	(32%)
Variações monetárias e cambiais - outros	30	(1)	31	N/A	19	(8)	27	N/A
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(5)	(19)	14	(74%)	(28)	(56)	28	(50%)
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	14	2	12	600%	70	1	69	6900%
Obrigações pós emprego	(4)	(2)	(2)	100%	(12)	(8)	(4)	50%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(58)	(21)	(37)	176%	(112)	(68)	(44)	65%
Total	(215)	(176)	(39)	22%	(747)	(439)	(308)	70%

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 215 milhões no 4T22 (vs. -R\$ 176 milhões no 4T21) e de -R\$ 747 milhões em 2022 (vs. -R\$ 439 milhões em 2021), variações explicadas, principalmente, pela maior despesa com encargos de dívida, devido ao aumento do CDI no período (65% do endividamento está atrelado ao índice) e pelo aumento de 38% no saldo médio da dívida, devido às captações direcionadas para investimento e capital de giro da Companhia, visando atender à expansão do mercado e melhoria dos padrões de qualidade e eficiência da distribuidora.

**6. INVESTIMENTOS**

A Neoenergia Pernambuco realizou Capex de R\$ 898 milhões em 2022, principalmente alocados em projetos de expansão de rede.

INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	NEOENERGIA PERNAMBUCO	
	4T22	2022
Expansão de Rede	(140)	(451) 46%
Novas Ligações	(72)	(305)
Novas SE's e RD's	(61)	(137)
Compromisso ECV	(6)	(9)
Renovação de Ativos	(40)	(150) 17%
Melhoria da Rede	(27)	(77) 9%
Perdas e Inadimplência	(51)	(146) 16%
Outros	(57)	(109) 12%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	39	(20)
(=) Investimento Bruto	(277)	(952)
SUBVENÇÕES	12	35
(=) Investimento Líquido	(265)	(917)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(39)	20
(=) CAPEX	(304)	(898)
Base de Anuidade Regulatória	(57)	(109) 12%
Base de Remuneração Regulatória	(259)	(823) 88%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado de 31 de dezembro de 2022



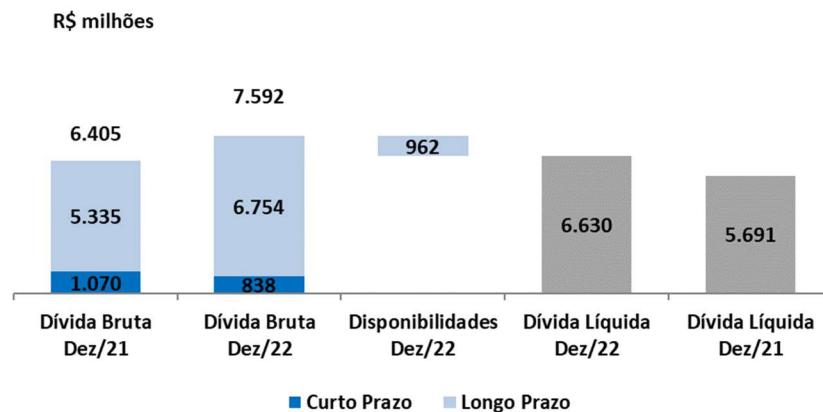
Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.



7. ESTRUTURA DE CAPITAL

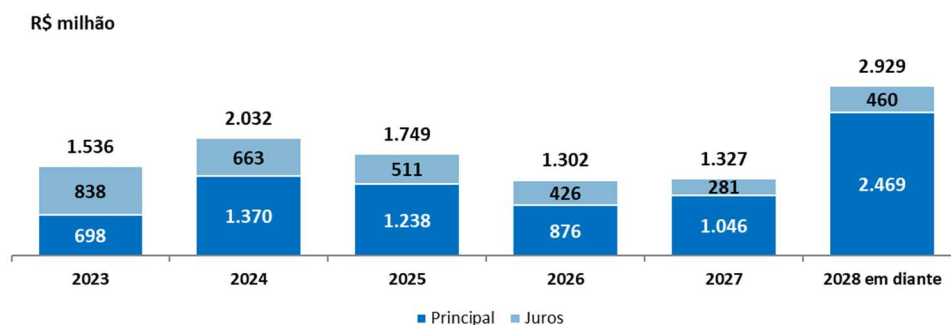
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2022, a dívida líquida, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 6.630 milhões (dívida bruta de R\$ 7.592 milhões), apresentando um crescimento de 17% (R\$ 939 milhões) em relação a dezembro de 2021. Em relação à segregação do saldo devedor, a Companhia possui 89% da dívida contabilizada no longo prazo e 11% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2022.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Resultado de 31 de dezembro de 2022****8. RATING**

Em 29 de março de 2022, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB-" na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

**9. OUTROS TEMAS****9.1 Clientes Baixa Renda**

A Resolução ANEEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizados por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212 e pelo Decreto nº 7.583.

Número de Consumidores Residenciais (Em milhares)	2022	2021	2022 x 2021	
			Dif.	%
Convencional	2.341	2.414	(73)	(3,0%)
Baixa Renda	1.214	1.070	144	13,5%
Total	3.555	3.484	71	2,0%

9.2 OPA Neoenergia Pernambuco, AGE e Conversão de Registro para Categoria B

Em 20/04/2022, a Neoenergia e a Neoenergia Pernambuco, em conjunto, divulgaram Fato Relevante ao mercado informando que o Conselho de Administração da Neoenergia aprovou o lançamento de oferta pública de aquisição de ações ordinárias ("ON") e de ações preferenciais Classe "A" ("PNA") e Classe "B" ("PNB"), para conversão de registro de emissor Categoria A para Categoria B da Neoenergia Pernambuco. A Neoenergia adquiriu, por meio de Oferta Pública de Ações para Conversão de Registro, e em leilão realizado na B3, em 03 de outubro de 2022, 29.637 ONs, 6.620.985 PNAs e 162.156 PNBs, representativas de 9,13% do capital social da Neoenergia Pernambuco.

Após o referido leilão, e conforme previsto no Edital da Oferta Pública para Conversão de Registro, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2022, resgate e cancelamento da totalidade das ações de emissão da Neoenergia Pernambuco que remanesceram em circulação após o leilão da OPA de Conversão de Registro, totalizando 250.506 ONs, 481.997 PNAs e 179.910 PNBs de emissão da Neoenergia Pernambuco, representativas de 1,22% do seu capital social total. Com isso, o capital total em ações da Companhia reduziu de 74.612.388 (66.302.693 ON, 7.567.254 PNA e 742.441 PNB) para 73.699.975 (66.052.187 ON, 7.085.257 PNA e 562.531 PNB). Por fim, no dia 01 de novembro de 2022 foi aprovada a conversão de registro para Categoria B da Companhia pela Comissão de Valores Mobiliários.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado de 31 de dezembro de 2022



9.3 Práticas de Gestão

9.3.1 Remuneração de Acionistas

A Neoenergia Pernambuco possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (<https://www.neoenergia.com/pt-br/governanca-corporativa/sistema-de-governanca-corporativa/Paginas/politicas-governanca-corporativa.aspx>).

Em 2022, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

- (i) Dividendos de R\$ 24.674 mil, deliberados Assembleia Geral Ordinária de 19 de abril de 2022 e pagos em 05 de maio de 2022;
- (ii) Dividendos Adicionais de R\$ 255.324 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 19 de abril de 2022 e pagos em 05 de maio de 2022;
- (iii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 40.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2022 e com previsão de pagamento até 31 de dezembro de 2023.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2022 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2023.

9.3.2 Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplica a todas as empresas do Grupo, este modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da **Neoenergia Pernambuco** reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O Sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizados.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por sete representantes titulares, sendo um membro independente, todos com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição/destituição dos diretores. Os membros se reúnem bimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou por 2 (dois) de seus membros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado de 31 de dezembro de 2022



Conselho Fiscal

Com função independente, é composto atualmente por cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se sempre que convocado.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles; (ii) certificação das informações por parte dos principais Executivos.

A certificação ocorre para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras e não financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executadas da forma adequada.

9.3.3 Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Estrutura Política de Recursos Humanos que tem o objetivo de definir, elaborar e difundir um modelo de gestão de recursos humanos que permita atrair, impulsionar, fidelizar e reter o talento. Também é finalidade fomentar o crescimento pessoal e profissional dos empregados do grupo, tornando-os participantes de seus projetos de sucesso empresarial e garantindo um trabalho digno e seguro, em um ambiente diversificado e inclusivo.

Ao longo de 2022, o Grupo Neoenergia continuou investindo em formação, viabilizando a realização de 1.369.545,83 horas de formação, ultrapassando em 4,7% o ano anterior. Nosso ganho foi maior pois ampliamos a possibilidade de aprendizagem interna reforçando os canais digitais e online, além de focar para desenvolvimento de educadores internos.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, formando 723 eletricistas. Esse ano, possuímos em nosso quadro 375 mulheres na posição de eletricista, confirmando nossa crença na igualdade de gênero.

Saúde e Segurança, Diversidade, Cibersegurança, Ética, Foco no Cliente e Sustentabilidade, foram os temas que fizeram parte da agenda Neoenergia. Cada um destes temas teve um mês de atividades voltadas para discussão através de palestras realizadas online e aberta para todos os colaboradores. Falou-se sobre autocuidado, ética e inovação, engenharia social e golpes no whatsapp, finanças sustentáveis, mercado de carbono, empregabilidade diversa e vários outros foram tratados ao longo do ano, reforçando a cultura e o compromisso da Neoenergia com as metas ESG.

Para o tema Voluntariado, em 2022, o Programa registrou 3.234 participações voluntárias engajadas em 35 oportunidades em todo o país, abrangendo todas as empresas. Alguns destaques:

- Arrecadação de mais de 150 mil unidades de absorventes femininos;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado de 31 de dezembro de 2022



- Ensinando Profissões (palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para os jovens): aconteceu em cinco estados impactando mais de 700 pessoas;
- Campanha de doação de roupas: arrecadação de mais de 23 mil peças para 64 instituições beneficiárias;
- Operação quilo: doação de mais de 28 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 96 ONGs beneficiadas;
- Dia Internacional do Voluntariado Iberdrola: em 2022, marcado pelo retorno das atividades presenciais, contando com 2.065 participações de colaboradores em todas as empresas da Neoenergia, mais de 14 ONGs e 2 mil pessoas impactadas direta e indiretamente. Outra ação voluntária foi o Esporte Solidário, pelo qual os colaboradores da Neoenergia utilizaram um aplicativo de celular para registrar caminhadas, corridas e pedaladas, alcançando mais de 12 mil quilômetros, que foram convertidos em doações de 600 pares de tênis para cinco instituições que atendem crianças e jovens nos estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Norte e no Distrito Federal. Na atividade “Eu cuido do meu quadrado”, os voluntários fizeram ações limpeza com sua família nas proximidades de casa, recolhendo mais de 1,5 tonelada de lixo das ruas;
- Montagem de Skate: Durante a Convenção de Líderes, mais de 100 líderes mostraram energia máxima na montagem de 50 skates que foram doados para crianças e jovens da instituição Esporte e Vida;
- Árvore da Solidariedade: A campanha tradicional de Natal aconteceu na Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo, onde os voluntários se mobilizaram e entregaram mais de 2.495 presentes para crianças atendidas em cerca de 35 ONGs das áreas de concessão.

Em 2022, adotamos o trabalho híbrido como opção para os colaboradores que exerçam atividades compatíveis com esse modelo. Nossa experiência durante a pandemia nos mostrou que com essa possibilidade é possível agregar qualidade de vida aos times, sem perda de produtividade, além de alinhar a Neoenergia à realidade do mercado de trabalho.

2022 foi um ano de grandes desafios e realizações, mas contamos com times engajados e comprometidos com a qualidade do serviço prestado às comunidades, onde atuamos. E é gratificante ver os resultados atingidos com o empenho de todos os colaboradores da Neoenergia. E com essa mesma força e determinação seguiremos em 2023.

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1. ESG

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Fruto do diálogo com os seus grupos de interesse e consciente do impacto de todas as suas atividades, a Neoenergia tem uma estratégia de desenvolvimento sustentável alinhada com a implementação de um projeto empresarial que visa à criação de valor de forma sustentável tendo como principais referências seu Propósito e Valores, e o respeito aos Direitos Humanos.

A companhia vinculou sua estratégia de negócios e sustentabilidade aos ODS desde sua definição e, em 2018, aprovou a reformulação do seu Sistema de Governança Corporativa cujo principal objetivo era formalizar o compromisso do grupo com essa agenda, destacando a contribuição para o cumprimento do dividendo social gerado pela sua atividade empresarial.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Resultado de 31 de dezembro de 2022**

A Neoenergia concentra seus esforços nos ODS nos quais sua contribuição é mais relevante: no fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e na ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). A empresa mantém compromisso, ainda, com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável dos negócios: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17). A companhia segue signatária dos dez princípios do Pacto Global, desde 2007, com uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Como parte dessa evolução contínua, em 2022 o Grupo assumiu 16 metas ESG para os anos 2025 e 2030. Com esses compromissos, a companhia especifica o seu empenho em dar transparência a objetivos relevantes e mensuráveis, que representam os aspectos prioritários na sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Com muito orgulho, divulgamos os resultados alcançados nesses indicadores em 2022 e os targets para 2025 e 2030:

	Metas ESG	Parâmetros	2022	2025	2030
E	Emissões	Emissões de gCO ₂ /kWh na geração (escopo 1)	1	36	20
	Eletificação da frota	Incremento do % de veículos leves próprios eletrificados na frota Neoenergia	8%	13%	50%
	Financiamento sustentável	Revisão anual e atualização do framework de financiamento verde da empresa	✓ Manter prática vigente		
	Digitalização de redes	% redes de AT e MT digitalizadas	74,5%	83%	90%
S	Mulheres em posições relevantes	Presença de mulheres nas posições de Diretoria e Superintendência	28,3%	29,10%	31,80%
	Mulheres em postos de liderança	Presença de mulheres em postos de liderança nas posições de Diretoria, Superintendência e Gerência.	28,8%	30%	35%
	Mulheres formadas eletricitistas	% de mulheres formadas nas escolas de eletricitistas	36,7%	30%	35%
	Mulheres em postos de eletricista	% de mulheres em postos de eletricitistas	5,6%	9%	12%
	Diversidade racial	% de pretos e pardos nas posições de Diretoria, Superintendência, Gerência e Supervisão.	30%	20%	25%
	Contribuição com a comunidade	Voluntariado corporativo (número de pessoas)	3.501	2.321	2.623
	Segurança (ISO 45001)	% trabalhadores próprios lotados em sites certificados pela ISO45001	48%	40%	42%
	Segurança	Número de acidentes de trabalho com e sem afastamento (equipe própria)	0,26	0,43	0,39
	Formação	Média de horas para formação de colaboradores e de profissionais das comunidades onde atuamos	89,2	67	70
	Fornecedores	% de fornecedores relevantes classificados como sustentáveis	75%	80%	85%
G	Remuneração variável ESG	% da remuneração variável para incentivo de longo prazo atrelada a ESG	30%	30%	33%
	Governança	Melhores práticas de governança empresarial	✓ Manter prática vigente		

Nota: Em 2022 a intensidade de emissões atípica verificada se deve ao fato da Usina Termopernambuco, movida a gás natural, não ter operado. Nesse ano, o uso do gás e suas emissões associadas corresponde às atividades internas de teste de operação e manutenção das máquinas

A execução da estratégia ESG da Neoenergia gira em torno de três pilares, reforçando que os temas estão integrados ao modelo de negócios da companhia:

- Desempenho ambiental, o combate à mudança climática e a preservação e recuperação da biodiversidade, por meio das políticas de meio ambiente;
- Compromisso social, que se manifesta nas políticas sociais;
- Normas e políticas de governança corporativa, de acordo com melhores práticas de mercado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado de 31 de dezembro de 2022



Dessa forma, a Neoenergia busca garantir que todas as atividades corporativas e de negócios se comprometam e promovam a criação de valor sustentável para todos os públicos de interesse (clientes, acionistas, empregados, contratados de terceiros, fornecedores, órgãos reguladores, governos e comunidades impactadas pelos seus negócios), retribuindo de forma equitativa a todos aqueles que contribuem para o êxito de seu projeto.

As práticas sustentáveis da Neoenergia, integradas ao seu modelo de negócio, destacam a companhia e permitem o seu posicionamento em importantes índices e ratings de sustentabilidade e governança. Em 2022, a companhia integrou pelo terceiro ano consecutivo a carteira do FTSE4 Good Index Series e do Índice de Sustentabilidade Empresarial, da B3. A Neoenergia também, integra o The Sustainability Yearbook, da S&P e foi destaque no CDP, com score A- em Mudanças Climáticas e B em Segurança Hídrica.

10.2. Inovação

A inovação é prioritária para a Neoenergia garantir a sustentabilidade, a eficiência, a competitividade e manter-se na vanguarda do desenvolvimento de produtos, serviços e modelos de negócios que permitem enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades de transformação do setor elétrico. A companhia entende a inovação como um processo descentralizado, aberto e coerente em todas as unidades de negócios.

A estratégia de inovação se alinha à estratégia de desenvolvimento sustentável assumida pela Neoenergia, com foco no fomento das energias renováveis, no aproveitamento das oportunidades que possibilitem a digitalização e a automação de seu negócio, assim como na aposta em tecnologias emergentes e no impulso à transformação digital de seus negócios de forma a contribuir à realização do nono e décimo primeiro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável aprovados pela Organização das Nações Unidas ("ODS").

A governança do processo de inovação tem o apoio da plataforma colaborativa Go In, implantada em 2021, como solução tecnológica para a gestão do portfólio de inovação e que estimula a diversidade de ideias para buscar soluções promissoras para os negócios da companhia e o setor elétrico.

Durante 2022, a Neoenergia investiu em P&D+I um total de R\$ 164,3 milhões. Os esforços da companhia estão organizados em torno de cinco grandes eixos alinhados com os vetores fundamentais da transformação do setor de energia, da descarbonização e da eletrificação da economia:

- Tecnologias disruptivas cada vez mais eficientes, sustentáveis e ecologicamente corretas que otimizam o funcionamento de instalações e processos. Hidrogênio verde, energias renováveis inovadoras, mobilidade sustentável, redes inteligentes, armazenamento e eletrificação de sistemas térmicos que contribuem para a transformação industrial com foco na sustentabilidade;
- Novos produtos e serviços competitivos que respondem às necessidades dos clientes, com maior personalização de conteúdo e ofertas;
- Digitalização e automação em todos os negócios e processos com a utilização de tecnologias como, internet das coisas (IoT), realidade virtual e aumentada, big data, inteligência artificial, machine learning e ferramentas de fácil uso como Power BI e Power Apps;
- Inovação com startups, empreendedores e fornecedores com o objetivo de desenvolver novos modelos de negócio e impulsionar inovações incrementais à disruptivas;
- Cultura de inovação e talento como base para os pilares de transformação da organização.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado de 31 de dezembro de 2022



Em 2022, a Neoenergia participou do Inova 2030 – Jovens Inovadores em ODS, programa realizado pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo. Em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC) e Liga de Empreendedores, a iniciativa busca identificar e desenvolver jovens intraempreendedores e acelerar ideias com potencial transformador para colaborar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Cabe ressaltar a inauguração do Lab Neoenergia, iniciativa conduzida com alunos bolsistas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tutorados tecnicamente por professores e colaboradores da Neoenergia para entender e propor soluções tecnológicas que solucionem problemáticas apresentadas pela companhia.

Destaca-se ainda, o reconhecimento em um dos maiores rankings de inovação no Brasil, o TOP 100 Open Corps 2022. A premiação, realizada pela 100 Open Startups, identifica as corporações que mais praticaram inovação aberta com startups no país. Entre julho/2021 e junho/2022, a Neoenergia se relacionou com mais de 47 startups. A startup Automa, vencedora do Startup Challenge de Perdas Não-Técnicas, está desenvolvendo uma solução customizada e integrada de Gêmeos Digitais, que se fundamenta no uso de drones, visão computacional e inteligência artificial. A startup Dispor Energia, selecionada por meio da Chamada Cidade Zero Carbono, lançada pelo Município de Salvador e o SENAI CIMATEC, realiza uma PoC (Proof of Concept) que busca o engajamento ao consumo consciente via inteligência em medidores para gerar créditos ambientais. Ainda no tema de consumo consciente, o projeto piloto Plataforma Educativa de Consumo Consciente, em parceria com a Smartiks, visa a mudança de hábito de consumo através do monitoramento em tempo real e conteúdo educativo.

Outro projeto relevante de inovação aberta é o Coralizar, que conta com a participação da startup Biofábrica de Corais. Esta iniciativa formada entre a WWF-Brasil e o Instituto Neoenergia, tem como o objetivo tornar a restauração, a manutenção e a adaptação dos recifes de corais uma agenda prioritária no Brasil. Enfatiza-se projeto também conduzido pelo Instituto Neoenergia, o Balcão de Ideias e Práticas Educativas, que por meio da inovação social promove a educação em diversas cidades dentro das áreas de atuação do Grupo.

10.3. Educação e Cultura

No âmbito da **educação**, tem destaque o projeto **Balcão de Ideias e Práticas Educativas** que, sob gestão do Instituto Neoenergia, capacitou 983 profissionais de educação, entre professores e gestores escolares, das redes de ensino de 13 municípios nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e São Paulo. Em 2022, o projeto apoiou a criação e implementação de cursos tutorados com foco na educação infantil, ensino fundamental e formação de gestores escolares, além da cocriação de práticas educativas e planos de formação que tenham como foco o desenvolvimento de competências da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Na linha de educação e capacitação para o desenvolvimento territorial, desenvolvemos o projeto **Ventos da Mudança**, uma parceria inovadora entre Neoenergia Renováveis e a Rio Energy com o Centro Técnico de Educação Profissional do Sertão Produtivo (Cetep), escola técnica localizada em Caetitê (BA), para contribuir com a formação cidadã e profissional de jovens locais, que possuem escassez de oportunidades para realizar atividades extracurriculares, essenciais para aqueles que estão cursando a formação técnica. Foi criado um calendário pedagógico em conjunto com o Cetep, que envolve Grupos de Trabalho em Educação Ambiental e Juventudes, Atividades Teóricas Práticas em Educação Ambiental e Visita Guiada aos parques eólicos, junto a rodas de conversa com profissionais de ambas as empresas sobre carreira, mercado de trabalho e profissão. Em 2022, foram contemplados mais de 100 estudantes. Ainda na região, foram realizados, dentro do projeto **Energia Produtiva de Caetitê**, cursos de capacitação digital para estudantes dos cursos técnicos do Centro Territorial De Educação Profissional do Sertão Produtivo, que envolveram também pessoas das comunidades vizinhas, visando facilitar o acesso ao mercado de trabalho empreendedorismo local.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado de 31 de dezembro de 2022



O público jovem também foi destaque nas atividades do **Programa Jovem Empreendedor Rural**, curso de empreendedorismo rural e protagonismo social, para jovens que vivem em comunidades rurais da região dos parques eólicos da Paraíba e do Rio Grande do Norte, e que certificou 47 alunos que apresentaram propostas sustentáveis de negócios nas comunidades onde vivem. A iniciativa faz parte do Programa SER – Saúde, Educação e Renda, idealizada pela Neoenergia, com o apoio do Instituto Neoenergia, e executado desde 2020 pela Agência de Desenvolvimento Econômico Local (ADEL), com recursos do subcrédito social do BNDES. A iniciativa atua em pilares que impactam diretamente no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) das regiões dos parques eólicos e linhas de transmissão, atendendo aos três eixos do Índice e que também representam a sigla do projeto: Saúde, Educação e Renda.

Pensando na criação de oportunidades de **capacitação profissional gratuita**, a Neoenergia desenvolve a Escola de Eletricistas, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia elétrica da companhia – Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Distrito Federal. A escola promove a formação e capacitação de futuros profissionais, que, ao concluírem o programa, se tornam aptos a exercer a função de eletricista de forma técnica e precisa. Com o compromisso de promover a **igualdade de gênero**, desde 2019, a companhia oferece turmas exclusivas para mulheres em edições especiais dos cursos, quebrando o paradigma de que ser eletricista é uma profissão masculina. Com a evolução do projeto, as turmas passaram a ser mistas, comprovando a possibilidade feminina de ocupar espaços antes predominantemente masculinos. Isso fomentou o crescimento de mulheres em seu quadro de eletricistas com excelentes resultados.

Na esfera **cultural**, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

(i) o edital Transformando Energia em Cultura, no Rio Grande do Norte, Bahia e Distrito Federal, ampliando a participação para 42 projetos dirigidos para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira e contribuindo com os ODS 4, 8, 11 e 17. Além disso, o Instituto atuou no acompanhamento dos 25 projetos selecionados em 2021 com execução em 2022, por meio de sua Central de Editais;

(ii) a 2ª edição do Prêmio Inspirar, edital dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas que atuam com projetos de Arte e Cultura, foi ampliada para todas as áreas de concessão da Neoenergia;

(iii) o Programa de Iluminação Cultural foi desenvolvido em nova fase dirigida para as riquezas do patrimônio histórico do interior brasileiro. Foi a vez do Theatro Cinema Guarany, edificação icônica e centenária localizada em Triunfo, no sertão pernambucano. Além da iluminação cênica inaugurada em dezembro de 2022, o programa atuou em duas frentes ao longo de 2022: ação de educação patrimonial para 14 escolas públicas, beneficiando a mais de 400 estudantes, e intervenção cultural para a comunidade durante sua inauguração, envolvendo mais de 100 artistas, produtores culturais e negócios locais, estimulando a geração de trabalho e renda;

(iv) a Caravana Energia que Transforma, continuou a desenvolver atividades com foco em ações formativas para gestores socioculturais de diversos estados brasileiros. Além dos módulos online, em 2022, foi realizado o primeiro evento presencial: “Trilhas da Caravana, caminhos para uma boa gestão”, um momento de troca e networking para 40 participantes do setor cultural do DF;

(v) o Instituto, em parceria com a Termopernambuco, apoiou o primeiro projeto parte do Resgatando a História, maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil, idealizado pelo BNDES, que conta com o apoio de grandes empresas brasileiras. A Termopernambuco destinou R\$ 2 milhões à Reforma de imóvel para requalificar o Portomídia, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, a ser executado entre os anos de 2023 e 2025. Inserido no conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do bairro do Recife, a edificação tombada pelo IPHAN será reformada e ampliada para fortalecer seis cadeias de negócios de economia criativa dirigidas à tecnologia como games, cinevideoanimação, multimídia, design, fotografia e música;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado de 31 de dezembro de 2022



(vi) o Oficinas Culturais e Artísticas (OCA) ofereceu 240 vagas para jovens de 16 a 24 anos e mulheres em situação de vulnerabilidade social, das cidades de Campos do Jordão, Santa Isabel e Capão Bonito, no estado de São Paulo. Com ações de formação nos campos da economia criativa- cultura digital, design de moda e de produto, o projeto promoveu possibilidades de geração de trabalho e renda. A iniciativa é desenvolvida com recursos do ProAC – Programa de Ação Cultural de São Paulo;

(vii) o Entre o Céu e a Favela, apoiado por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro, atua há 10 anos no Morro da Providência, região vulnerável na zona portuária do Rio de Janeiro, desenvolvendo oficinas multidisciplinares no contraturno escolar de crianças e jovens da comunidade, além de oficinas profissionalizantes para as mães dos beneficiados.

10.4. Instituto Neoenergia

Em um ano de resiliência e crescimento, o Instituto Neoenergia ampliou seus projetos, garantindo resultados expressivos e alcançando o propósito buscado, de melhorar a vida das pessoas e do planeta. Em conjunto com seus parceiros, as iniciativas reforçaram o compartilhamento de saberes, a preservação de espécies e ecossistemas marinhos, a promoção da diversidade cultural brasileira e o impulsionamento do desenvolvimento humano. Em sinergia com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), os impactos positivos são visíveis a milhares de vidas beneficiadas.

Dentre os cinco pilares de atuação do Instituto – Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional, foram realizadas iniciativas que promoveram a diferença durante o ano de 2022, em 12 estados brasileiros e no Distrito Federal.

10.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Neoenergia Pernambuco tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica e contou com investimento de R\$ 31,2 milhões em 2022.

Entre as ações que merecem destaque em 2022 estão:

- Execução de projetos com **ação em comunidades populares** com troca de quase 177 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais baixa renda e mais de 48 mil lâmpadas em 300 instituições dessas comunidades, além da troca de 1.365 refrigeradores antigos para consumidores de 3 municípios afetados pelas fortes chuvas que atingiram Pernambuco em junho/2022.
- Execução do projeto **Vale Luz**, que troca resíduos sólidos por desconto na conta de energia, sendo recicladas 574 toneladas de resíduos com desconto de R\$ 343 mil na conta de energia elétrica de 7,5 mil consumidores que ainda trocaram mais de 24 mil lâmpadas dos clientes por LED.
- Execução dos projetos **Educativos** em escolas públicas, capacitando 2 mil professores e 90,4 mil alunos da área de concessão da NEOENERGIA PERNAMBUCO sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica. Projetos fortemente impactados pela pandemia.
- Execução de projetos de **Eficientização de prédios públicos e comerciais assistenciais** (escolas públicas, unidades de saúde – hospitais e postos médicos, instituições filantrópicas, etc) na área de concessão da distribuidora, sendo beneficiadas 182 unidades em Pernambuco, totalizando mais de 52 mil lâmpadas substituídas, além de 7 sistemas solares fotovoltaicos, totalizando 942,23 kWp instalado.
- Execução de projeto **Neoenergia Solar** que concedeu desconto de 50% para instalação de energia solar em 111 residências em Pernambuco, totalizando 443,6 kWp instalado e troca de 242 lâmpadas por LED.
- Execução de projetos de **Eficientização de Iluminação Pública** em 14 municípios de Pernambuco (Paulista, Serra Talhada, Barra de Guabiraba, São Benedito do Sul, Jucati, Jaqueira, Ibirajuba, Angelim, Parnamirim, Afogados da Ingazeira, Tracunhaém, Lagoa de Ouro, Paratama e Bezerros), com a substituição de mais de 7 mil pontos de IP por tecnologia LED.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado de 31 de dezembro de 2022



- g. Execução de projeto de **Eficientização de Empresas de Saneamento** com a substituição de 2 motores na Estação Elevatória de Cabrobó da COMPESA do município de Salgueiro.
- h. Execução de projeto **Plataforma Consumo Consciente** que prevê a instalação de um equipamento no medidor de energia da residência que coleta dados a serem disponibilizados numa plataforma de monitoramento de consumo em tempo real de baixo custo e interações com conteúdo educativo, alertas e orientações sobre consumo consciente. Em março de 2022, foi assinado o contrato com a parceira Smartiks para fornecimento dos equipamentos e disponibilização da plataforma de monitoramento e iniciado o processo de homologação junto a ANATEL para fabricação dos equipamentos. A entrega do primeiro lote de 100 (unidades) ocorreu em novembro e as instalações iniciarão em 2023 com a abertura de inscrições através do site para clientes interessados.

10.6. Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2022, foram investidos R\$ 41,98 milhões no Programa de P&D ANEEL, sendo R\$ 17,79 milhões em desenvolvimento de projetos da Neoenergia Pernambuco, R\$ 13,44 milhões destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDTC), R\$ 6,72 milhões ao Ministério das Minas e Energia (MME) e R\$ 4,03 milhões destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Abaixo são elencados os principais projetos do Grupo:

Tecnologias Inteligentes/ Recuperação de Energia: destacam-se os projetos: (i) **GODEL – Observatório de Redes**, reconhecido em 2022 como melhor projeto apresentado no 39º Circuito Nacional do Setor Elétrico – CINASE na categoria Inovação Tecnológica, composto por módulos que entregaram produtos já incorporados aos processos de negócios da Neoenergia e outros em desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento, como no módulo GODEL Analytics, um aplicativo que apresenta o mapeamento das perdas técnicas e comerciais, indicando as áreas com maiores oportunidades para ações voltadas para recuperação de receitas, . no módulo Godel Multilink, um concentrador de dados de medição com tecnologia nacional para comunicação por radiofrequência com o objetivo de garantir interoperabilidade entre os equipamentos de campo da rede de distribuição, além de possibilitar o envio dos dados da medição para os sistemas de gerenciamento da distribuidora por meio de múltiplos links de comunicação, e no módulo GODEL Hosting Capacity, um sistema pioneiro no Brasil para determinação da capacidade de acomodação de geração distribuída e de novas cargas na rede de média tensão, proporcionando aumento na eficiência para resposta de pedidos de acesso pelos clientes, possibilitando que eles realizem as suas consultas e obtenham respostas imediatas; o (ii) **Antenas Inteligentes**, que consiste em um conjunto de circuitos eletrônicos que formam um sistema confiável de antenas com abrangência de 360° para a comunicação entre o Centro de Operações e as chaves religadoras da rede distribuição, podendo ser aplicado a qualquer subestação que utilize enlace de rádio; e o (iii) **Conexão Digital**, que entregará importantes produtos para transformar a experiência do cliente Neoenergia, oferecendo canais digitais mais eficientes e personalizados, tornando mais efetivo o atendimento humano e digital.

Segurança: dentre os principais projetos de P&D temos: o (i) **Braço Robótico**, que possibilita a execução da poda de árvores próximas às redes energizadas de forma robotizada e com operação remota, com maior segurança e eficiência; o (ii) **Sensor de Proximidade** que consiste em tecnologia para mitigação de acidentes elétricos com equipes de campo, através de sensores instalados no cesto aéreo do caminhão e uma central de processamento que sinalizará e atuará para evitar uma possível situação de risco; o (iii) **Smart Safety Eye**, um sistema com inteligência artificial para identificação de ações inadequadas pelas equipes de campo, tais como a não utilização ou uso inadequado de equipamentos de proteção individual (EPI), bem como a realização de procedimentos incorretos; a (iv) **Medição de Malha de Terra**, equipamento capaz de medir a impedância da malha de terra sem a necessidade de desligamento da subestação; e a (v) **Segurança de Barragens**, que desenvolve sistema inovador georreferenciado para gestão inteligente, em tempo real, do Plano de Segurança de Barragens (PSB), que funciona como apoio à tomada de decisão, a partir de análises de risco dos empreendimentos e de consistência de dados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado de 31 de dezembro de 2022



Qualidade e Confiabilidade: destacamos o (i) **Qualímetro com Oscilografia Contínua**, equipamento para a avaliação da qualidade do fornecimento de energia e para integração com o sistema de localização de defeitos em redes de distribuição, de modo a melhorar a qualidade e segurança da rede; o (ii) **Lote pioneiro do aferidor de medidores**, que desenvolveu e entregou para a operação das distribuidoras Neoenergia, 24 unidades do equipamento intitulado ADR 9000, utilizadas para aferir medidores de energia elétrica em campo, sem a necessidade de interrupção no fornecimento de energia do consumidor; a (iii) **Tecnologia de Armazenamento para Religadores** que utiliza ultracapacitores com baterias, sendo pioneiro para a confiabilidade dos equipamentos automatizados; o (iv) **SIERF (Sistema de Identificação de Equipamentos por Radiofrequência)**, que desenvolveu e entregou para testes o sistema de identificação, cadastro e rastreabilidade de equipamentos de redes de distribuição, composto por coletor de dados por radiofrequência e etiqueta eletrônica de alta longevidade para identificação de ativos com superfície metálica, tais como transformadores e medidores; e o (v) **SMARTF (Simulação e Modelagem do Ambiente Regulatório e Tecnológico Futuro das distribuidoras)**, que desenvolveu e entregou ferramenta computacional para definição da estratégia de negócios das empresas distribuidoras Neoenergia, considerando cenários de trajetórias regulatórias alternativas, de evolução das redes, do comportamento do consumidor e inserção de recursos energéticos distribuídos, tais como geração, armazenamento, veículos elétrico e esquemas de resposta da demanda. Além dos seguintes projetos, em desenvolvimento, de P&D:

- Veículo com sistema inteligente para **Lavagem dos Isoladores** das redes de distribuição considerando o nível medido de salinidade;
- Veículo Aéreo Não Tripulado (**VANT**) autocarregável com sistema automático destinado ao cadastro remoto de ativos e inspeções em linha de distribuição e de transmissão;
- **Torre de Emergência Móvel** para reposição emergencial de estruturas em 69kV e/ou 138kV (suspensão e/ou ancoragem), incluindo o desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis
- **Previsão Climática: desenvolvimento de algoritmo e aplicativo computacional** para previsão da evolução da temperatura do ar e da sensação térmica, utilizando resultados de modelos numéricos do sistema climático, combinados com técnicas de machine learning, objetivando projeções mais assertivas do mercado de energia das distribuídas;
- **Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico (SIASE-T)** que consiste em desenvolvimento de um portal de informações do segmento de transmissão de energia elétrica, que irá reestruturar e integrar as bases de dados atualmente utilizadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), melhorando a eficiência do processo de gestão e permitindo o acesso de informações qualificadas pela sociedade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado de 31 de dezembro de 2022



Sustentabilidade do Negócio: foram desenvolvidos os projetos: (i) **Caminhão Elétrico**, atualmente com 2 veículos em operação que contam com cesto aéreo eletro-hidráulico para serviços de redes de distribuição de energia elétrica com sistema inteligente para o gerenciamento da recarga do caminhão e com sistema eficiente para recargas de oportunidade do veículo na própria rede de baixa tensão da distribuidora; (ii) **Corredor Verde**, que consiste em eletrovia de 1.200 km interligando Salvador (BA) e Natal (RN), contendo 11 estações de recarga de rodovias (50kW) mais 6 estações em shoppings urbanos (22kW), oferecendo uma ampla infraestrutura para usuários de veículos elétricos na região nordeste, propondo um novo modelo de negócios para serviços de recargas no âmbito de empresas do setor elétrico; (iii) **Mobilidade Elétrica Trilha Verde**, projeto em desenvolvimento em Fernando de Noronha que objetiva estabelecer, de forma sustentável, soluções e modelos de negócio para atividades de turismo, serviços públicos e operação da Neoenergia Pernambuco, com a utilização de veículos elétricos e estações de carregamento, distribuídas em locais estratégicos da ilha, assegurando o suprimento por meio de fontes renováveis com sistema de armazenamento de energia; (iv) **Sistema Inteligente de Armazenamento Energia (SIAE)**, concluído em 2022, consiste em um sistema de armazenamento com baterias de íons de lítio, utilizado para otimização do despacho dos geradores da usina termoeletrica Tubarão, em Fernando de Noronha, considerando a existência de usinas solares centralizadas e geração distribuída na ilha; (v) **Microrrede**, também concluído em 2022, é um sistema centralizado de energia solar com baterias e rede de distribuição, constituindo alternativa para atendimento das obrigações regulatórias do programa Luz Para Todos (LPT) com propostas de melhorias do ponto de vista técnico e regulatório, que beneficia 113 unidades consumidoras no interior do sertão da Bahia; (vi) **Gestão de PCB** (bifenilas policloradas) sistema computacional para gestão, acompanhamento e controle dos equipamentos que operam com óleos sintéticos contendo bifenilas policloradas (PCBs) ou óleos minerais/vegetais contaminados no sistema elétrico da Neoenergia Brasília; (vii) **Soluções sustentáveis e ecoeficientes para convívio da arara-azul-de-lear (Anodorhynchus leari)**, que possui como objetivo o desenvolvimento de soluções para o convívio da arara-azul-de-lear com a rede elétrica de distribuição e criação de um amplo Programa de Conservação da espécie, constituído pelas vertentes ambiental, social, educacional e tecnológica; (viii) **Mexilhão Dourado**, que desenvolve tecnologia para controle populacional do mexilhão dourado presente em reservatórios de usinas hidrelétricas; (ix) **Hidrodigital**, que desenvolverá instrumentos regulatórios para o incentivo da melhoria da performance da operação de usinas hidrelétricas existentes, por meio da avaliação, com técnicas de inteligência artificial, dos dados fornecidos por sensores instalados nas turbinas hidráulicas, com o resultado esperado de incremento da geração anual de energia e/ou capacidade de reserva; e projeto de P&D de (x) **Hidrogênio Verde**, que implantará uma solução de produção local de hidrogênio verde, a partir de energia solar fotovoltaica para atendimento da demanda interna de resfriamento de turbogeradores, aplicação em empilhadeira e em mobilidade elétrica (abastecimento veicular).

11. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA

As ações do Grupo Neoenergia são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos.

Melhores e Maiores da Revista Exame - Em 2022, a Neoenergia e seis de seus negócios foram classificados na edição especial da revista Exame "Melhores e Maiores 2022". No setor de energia, a Neoenergia Brasília, incorporada em março de 2021, fez sua estreia. O ranking também inclui: a holding; duas transmissoras (Neoenergia Guanabara e Neoenergia Dourados); e três distribuidoras - Neoenergia Coelba (BA), **Neoenergia Pernambuco (PE)** e Neoenergia Elektro (SP e MS).

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 01/03/2022, com vigência de 60 (sessenta) meses.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado de 31 de dezembro de 2022



Em 2022, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 493.464,00, dos quais R\$ 416.892,00 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$ 76.572,00 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como revisão das projeções dos fluxos de caixa para fins de pagamento de dividendos, auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

13. BALANÇO SOCIAL

O Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa referente ao ano de 2022 será publicado até 31 de março de 2023 no site da companhia (www.neoenergia.com). A Neoenergia divulga seu desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança anualmente, desde 2004, quando publicou seu primeiro Relatório Anual, como forma de demonstrar seu compromisso com a transparência e um modelo de crescimento sustentável. A partir de 2010, passou a elaborar o relatório com base nas normas da Global Reporting Initiative (GRI), além de seguir o Manual de Elaboração de Relatório Socioambiental e Econômico-Financeiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Desde 2020, também considera as orientações do International Integrated Reporting Council (IIRC) e os padrões Sustainability Accounting Standards (SASB) para o setor elétrico, e as recomendações contidas no Corporate Sustainability Assessment (CSA), da S&P Global, para o Dow Jones Sustainability Index (DJSI). A partir de 2021, o relatório adicionou as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD, ou Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Resultado de 31 de dezembro de 2022****14. NOTA DE CONCILIAÇÃO**

A Neoenergia Pernambuco apresenta os resultados do quarto trimestre e do acumulado de 2022 (4T22 e 2022), a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da forma mais transparente o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards – IFRS*). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	4T2022	2022	4T2021	2021	
(+) Receita líquida	2.134	7.931	2.192	8.498	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(56)	(199)	(91)	(406)	Nota 3
(-) Outras receitas	(40)	(130)	(26)	(94)	Nota 3
= RECEITA Operacional Líquida	2.038	7.602	2.075	7.998	
(+) Custos com energia elétrica	(1.204)	(4.684)	(1.435)	(5.547)	Demonstrações de resultado
(+) Combustível para produção de energia	9	(4)	(6)	(14)	Nota 5
(+) Custos de construção	(256)	(897)	(188)	(719)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(1.451)	(5.585)	(1.629)	(6.280)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	56	199	91	406	Nota 3
= MARGEM BRUTA	643	2.216	537	2.124	
(+) Custos de operação	(194)	(793)	(214)	(740)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(20)	(76)	(20)	(72)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e adminis	(85)	(334)	(86)	(308)	Demonstrações de resultado
(-) Combustível para produção de energia	(9)	4	6	14	Nota 5
(-) Depreciação e Amortização	95	361	93	342	Nota 6
(+) Outras receitas	40	130	26	94	Nota 3
= Despesa Operacional (PMSO)	(173)	(708)	(195)	(670)	
(+) PECLD	(33)	(177)	(47)	(167)	Demonstrações de resultado
EBITDA	437	1.331	295	1.287	
(+) Depreciação e Amortização	(95)	(361)	(93)	(342)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(215)	(747)	(176)	(439)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(30)	(66)	(3)	(130)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	97	157	23	376	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

**DISCLAIMER**

Esse documento foi preparado pela Companhia Energética de Pernambuco S.A. ("Neoenergia Pernambuco" e/ou "Companhia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Pernambuco e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Pernambuco.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e ponto de vista da Companhia até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Pernambuco sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com)

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)



	Notas	2022	2021
Receita operacional, líquida	3	7.931	8.498
Custos dos serviços		(6.374)	(7.006)
Custos com energia elétrica	4	(4.684)	(5.547)
Custos de construção	5	(897)	(719)
Custos de operação	6	(793)	(740)
Lucro bruto		1.557	1.492
Perdas de créditos esperadas	10.2	(177)	(167)
Despesas com vendas	6	(76)	(72)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(334)	(308)
Lucro operacional		970	945
Resultado financeiro	7	(747)	(439)
Receitas financeiras		277	133
Despesas financeiras		(866)	(534)
Outros resultados financeiros, líquidos		(158)	(38)
Lucro antes dos tributos		223	506
Tributos sobre o lucro	8.1.1	(66)	(130)
Corrente		(1)	(14)
Diferido		(65)	(116)
Lucro líquido do exercício		157	376
Lucro básico e diluído por ação – R\$	19.2 (a)		
Ordinária		2,13	5,04
Preferencial A		2,13	5,04
Preferencial B		2,34	5,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais)



	2022	2021
Lucro líquido do exercício	157	376
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios a empregados	(65)	6
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	22	(2)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(43)	4
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(96)	(61)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	32	20
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(64)	(41)
Outros resultados abrangentes do exercício líquido dos tributos	(107)	(37)
Resultado abrangente do exercício	50	339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhões de reais)



	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	157	376
Ajustado por:		
Depreciação e amortização (*)	367	350
Baixa de ativos não circulantes	47	31
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	66	130
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	747	439
Valor de reposição estimado da concessão	(199)	(406)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	327	(475)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	(254)	174
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(45)	(18)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	403	(589)
Outros tributos a recolher e encargos setoriais, líquidos	(178)	(71)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(17)	(9)
Outros ativos e passivos, líquidos	(243)	(17)
Caixa líquido proveniente das operações	1.178	(85)
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(620)	(273)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(239)	(4)
Rendimento de aplicação financeira	127	15
Juros pagos - Arrendamentos	(3)	(2)
Tributos sobre o lucro pagos	(10)	(27)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	433	(376)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(947)	(750)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(191)	(20)
Resgate de títulos e valores mobiliários	183	10
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(955)	(760)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	1.936	2.324
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(18)	(14)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(1.050)	(1.307)
Depósitos em garantias	(1)	8
Obrigações especiais	46	22
Pagamento de principal - Arrendamentos	(5)	(5)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	200	259
Remuneração paga aos acionistas (nota 19.2 (b))	(313)	(206)
Resgate de ações	(39)	-
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	756	1.081
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	234	(55)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	673	728
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	907	673
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	8	5
Arrendamentos capitalizados	12	9
Adições de obrigações especiais - incorporadas por meio de doações de bens	2	5

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	907	673
Contas a receber de clientes e outros	10	1.705	1.944
Títulos e valores mobiliários		25	14
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	-	183
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	219	148
Outros tributos a recuperar	8.2.1	452	672
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	159	419
Outros ativos circulantes		207	132
Total do circulante		3.674	4.185
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	102	112
Títulos e valores mobiliários		30	27
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	45	147
Outros tributos a recuperar	8.2.1	1.780	1.692
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	7	18
Depósitos judiciais	16.1 (c)	162	148
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	4.202	3.493
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	796	717
Outros ativos não circulantes		2	2
Direito de uso		20	15
Intangível	13	2.367	2.430
Total do não circulante		9.513	8.801
Total do ativo		13.187	12.986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	2022	2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	784	1.015
Empréstimos e financiamentos	15.2	783	1.229
Passivo de arrendamento		5	4
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	55	24
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	165	135
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	183	260
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.3	299	524
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2 (b)	41	60
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	53	51
Outros passivos circulantes	17	264	340
Total do circulante		2.632	3.642
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	63	57
Empréstimos e financiamentos	15.2	6.709	5.477
Passivo de arrendamento		18	12
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	90	5
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	21	45
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.3	1.726	1.648
Imposto corrente passivo longo prazo	8.1.3	-	2
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	179	156
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	49	47
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	121	48
Outros passivos não circulantes	17	36	15
Total do não circulante		9.012	7.512
Patrimônio líquido		1.543	1.832
Total do passivo e do patrimônio líquido		13.187	12.986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhões de reais)



	Reservas de Lucros						Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital Social	Reserva de Capital	Outros resultados abrangentes	Reserva Legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Retenção de Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	663	485	45	68	332	-	109	1.702
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	376
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(109)	(109)
Outros resultados abrangentes	-	-	(37)	-	-	-	-	(37)
Destinações do lucro líquido:								
Constituição de reservas de lucros (nota 19.5)	-	-	-	-	21	-	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	255	(100)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	663	485	8	68	353	-	255	1.832
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	157
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(255)	(255)
Outros resultados abrangentes	-	-	(107)	-	-	-	-	(107)
Retenção de ações (nota 19.4)	-	(39)	-	-	-	-	-	(39)
Destinações do lucro líquido:								
Constituição de reservas de lucros (nota 19.5)	-	-	-	-	-	112	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	-	(45)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	663	446	(99)	68	353	112	-	1.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais)



	2022	2021
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	11.278	12.091
Perdas de créditos esperadas	(177)	(167)
	11.101	11.924
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda (*)	(4.164)	(4.779)
Encargos de uso da rede básica de transmissão (*)	(1.017)	(1.279)
Matérias-primas consumidas (*)	(18)	(10)
Materiais, serviços de terceiros e outros (*)	(1.335)	(1.122)
	(6.534)	(7.190)
Valor adicionado bruto	4.567	4.734
Depreciação e amortização (*)	(367)	(350)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	4.200	4.384
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros e variações cambiais de ativos (*)	1.174	791
Valor adicionado total a distribuir	5.374	5.175
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações e administradores (incluindo férias e 13º salário)	235	212
Encargos sociais (exceto INSS)	19	29
Benefícios	188	152
(-) Transferências para ordens (**)	(130)	(96)
Outros	10	8
	322	305
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	65	46
ICMS	1.805	2.069
PIS/COFINS	312	514
Tributos sobre o lucro	66	130
Obrigações intrassetoriais	733	504
Outros	10	7
	2.991	3.270
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros, variações cambiais e aluguéis (*)	1.904	1.224
	1.904	1.224
Remuneração de capitais próprios		
Remuneração aos acionistas	45	355
Lucros retidos	112	21
	157	376
Valor adicionado distribuído	5.374	5.175

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

(**) Transferência do custo de mão de obra própria para projetos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Pernambuco – NEOENERGIA PERNAMBUCO (“Companhia”), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Recife – Pernambuco – Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A. (“NEOENERGIA”) e está registrada como Categoria “B”, não tendo ações listadas em Bolsa, já suas Debêntures são negociadas através da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedras de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 26 com vencimento em 2030. A Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado de Pernambuco, desde 2002.

Adicionalmente, a Companhia está autorizada a manter uma usina de geração de energia térmica a diesel no Distrito Estadual de Fernando de Noronha até 2030.

1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais

As políticas de Riscos Financeiros e Operacionais do Grupo Neoenergia foram atualizadas em relação às políticas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, conforme processo de revisão previsto.

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

1.1.1 Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco aprovada pelo Conselho de Administração define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e
- Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de <i>swap</i> e a termo.
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR (*) e CDI.	Operações de <i>swap</i> , gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado – Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

(*) O Grupo Neoenergia está em processo de transição da taxa de juros de referência LIBOR para uma nova taxa de referência a ser concluída em 2023. Tendo em vista que a substituição da taxa referencial por outra, se refletirá tanto no contrato da dívida como no instrumento derivativo, a Companhia não espera que haja impacto na relação de *hedge* vigente.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

(a) Gestão de risco de mercado

(i) Risco de taxa de câmbio

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2022, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 21.7.

(ii) Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 21.7.

(iii) Risco de inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de *hedge* de índices de inflação são descritas na nota 21.7.

(iv) Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, nos contratos com fornecedores e no pagamento maior de Capex implicando em aumento indesejado da dívida da Companhia.

Commodities energéticas: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia como demanda e oferta, hidrologia, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da sobrecontratação de energia das distribuidoras do Grupo Neoenergia, na cobertura de lastro da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15.2 (d)).

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro 2022, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros.

Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (nota 15).

(c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais no negócio de distribuição. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

(ii) Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências *Moody's*, *S&P* ou *Fitch* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	-	-	AA
BNP Paribas	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	AAA	AAA	AA
Citibank	-	-	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
Itaú	AAA	-	AAA
Santander	AAA	AAA	-
Votorantim	AA	AAA	-
Bank of America	-	-	AAA
JP Morgan	-	AAA	-
Morgan Stanley	-	AAA	-
Mitsubishi UFJ (1)	A1	A-	A-
Sumitomo Mitsui	-	AAA	AAA
Scotiabank	AAA	-	-

(1) *Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc - MUFG* possui *rating* somente em escala global.

1.1.2 Gestão de riscos operacionais**(a) Riscos regulatórios****Ambiente Regulatório**

A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da ANEEL, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida.

Equilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões

Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária.

Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato.

Nos processos tarifários são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior.

Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (Revisão Tarifária Extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária).

O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de *Price Cap* (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir no desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, onde se destaca eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas.

Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira

As Distribuidoras devem preservar, seja por previsão específica em seus Contratos de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência a partir de 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos.

Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência, abertura pela ANEEL de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão.

Indicadores de Continuidade do Fornecimento

A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante a apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DECI - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FECI - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora. Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, a ANEEL pode tornar obrigatória a apresentação de um plano de resultados, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio ou, ainda, em caso de reincidência, abrir processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão.

Postergação de Reajustes

A data do reajuste tarifário é prevista no contrato de concessão, havendo o direito da distribuidora de ter o reajuste processado na referida data. Em alguns casos de postergação de reajustes tarifários ocorridos no setor elétrico, foi reconhecido o direito econômico ao reajuste desde a data prevista. Assim, em função de decisões do Governo ou da agência reguladora, há risco de postergação da data do reajuste.

Em caso de inadimplemento por parte da concessionária no recolhimento de encargos setoriais e no pagamento pela energia proveniente de Itaipu Binacional, há o risco de impedimento da aplicação das novas tarifas nos Reajustes e Revisões Tarifárias, exceto as extraordinárias, bem como de serem suspensos eventuais repasses de RGR (Reserva Global de Reversão), CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e CCC (Conta de Consumo de Combustíveis), nos termos da Lei nº 8.631/1993.

Base de Remuneração Regulatória (BRR) e Reconhecimento de Investimentos

Os contratos de concessão estabelecem que a regulação da ANEEL deve definir a Parcela B com base em estímulos à eficiência e de forma comparativa. Assim, a metodologia de valoração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) está baseada no reconhecimento de investimentos prudentes. Os investimentos realizados pela empresa são avaliados ao final de cada ciclo. Os investimentos prudentes integram a BRR no momento da revisão, já depreciados desde a data de imobilização.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Os riscos de reconhecimento dos investimentos da Base de Remuneração são de ordem regulatória, quanto a valoração de ativos são oriundos das imprevisibilidades do mercado, principalmente nas oscilações no valor das *commodities* (afeta mix de indicadores apurados pela Fundação Comitê de Gestão Empresarial - FUNCOGE) que são aplicados para avaliar os equipamentos principais; alterações das premissas de valoração dos ativos durante o ciclo tarifário vigente, incluindo a atualização do Banco de Preços Referenciais; e aplicação, por parte do agente regulador, de critérios durante fiscalizações que não são preconizados pelos normativos regulatórios.

(b) Risco hidrológico

A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições climáticas e hidrológicas dos reservatórios. A receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido a sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia necessite comprar energia no mercado de curto prazo, para fazer frente aos seus contratos de venda, a um preço de curto prazo (PLD) mais elevado. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico.

(c) Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada (R\$)
Terrorismo	31/05/2022 a 31/05/2023	499
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2022 a 31/05/2023	36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2021 a 08/10/2023	10
Veículos - Executivo	31/05/2022 a 31/05/2023	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2022 a 31/05/2023	1.598
Responsabilidade Civil - Drones	15/06/2022 a 15/06/2023	1
Veículos - Operacional	31/05/2022 a 31/05/2023	1
Transporte	08/10/2022 a 08/10/2024	2
D&O	23/08/2022 a 23/08/2023	150
Cibersegurança	13/06/2022 a 01/06/2023	26

Os seguros da Companhia são contratados conforme às respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 13 de fevereiro de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação, ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações relacionadas na nota 2.5(a).

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de crédito esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes**

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2023

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022	2021
Fornecimento de energia (nota 3.1)	4.920	4.585
Disponibilidade da rede elétrica (1)	5.070	5.061
Construção de infraestrutura da concessão	897	719
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	166	331
Mecanismo de Venda Excedente - MVE	-	18
Valor de reposição estimado da concessão (2)	199	406
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2)	(104)	877
Outras receitas (nota 3.3)	130	94
Receita operacional bruta	11.278	12.091
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	(3.347)	(3.593)
Receita operacional, líquida	7.931	8.498

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



- (1) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores livres e cativos.
- (2) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória ("BRR").

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2022

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 26 de abril de 2022, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia Energética de Pernambuco – NEOENERGIA PERNAMBUCO, com vigência a partir de 29 de abril de 2022, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.032/2022. O reajuste tarifário da Companhia trouxe um efeito médio para os consumidores de 18,98%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste ficou em 19,01%, enquanto para os da baixa tensão, ficou em 18,97%.

O uso dos créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS (2,47)%, a antecipação da reversão para modicidade tarifária das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente reativo (custo cobrado percentualmente sobre o valor da conta de luz de acordo com o fator de potência) (0,95)% constituídas até março/2022, bem como o financeiro relativo à Bandeira e Conta Escassez Hídrica (5,05)%, contribuíram para a redução da tarifa para o consumidor, enquanto o reajuste dos itens da Parcela B será integralmente aplicado já a partir desta data.

A variação da parcela A foi de 7,35%, totalizando R\$ 5.040, impactada principalmente pelo aumento de 9,5% nos custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 257,39 MWh. Já a variação da parcela B foi de 4,53%, totalizando R\$ 2.302, reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 14,77%, deduzida do fator X de (0,05)%.

Bandeira Tarifária – Escassez Hídrica

Em agosto de 2021, através da Resolução, nº 3, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética ('CREG'), determinou, que a ANEEL implementasse patamar específico de Bandeira Tarifária, denominado Bandeira Escassez Hídrica, no valor de R\$ 142,00/MWh.

Até dezembro de 2022 a Companhia faturou R\$ 399 (R\$ 393 em 31 de dezembro de 2021) a título de Bandeira de Escassez Hídrica.

Esse patamar foi criado para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia, previstos no anexo da referida resolução. A cobrança foi aplicada para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional - SIN de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção da subclasse residencial baixa renda beneficiária da tarifa social de energia elétrica, que continuarão pagando com os mesmos descontos que já têm nas tarifas, de 10% a 65%, dependendo da faixa de consumo, a bandeira acionada mensalmente pela ANEEL, amarela ou vermelhas 1 e 2, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Bandeiras	2022		2021	
	Consumidores SIN (Exceto Baixa Renda)	Baixa Renda	Consumidores SIN (Exceto Baixa Renda)	Baixa Renda
Jan	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Fev	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Mar	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Abr (*)	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Mai	Verde	Verde	Vermelha Patamar I	Vermelha Patamar I
Jun	Verde	Verde	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II
Jul	Verde	Verde	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II
Ago	Verde	Verde	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II
Set	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II
Out	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II
Nov	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Amarela
Dez	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Verde

(*) A Bandeira Escassez Hídrica esteve vigente até 15 de abril de 2022, quando o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, em reunião ordinária realizada em 6 de abril de 2022, deliberou pela interrupção de sua cobrança a partir de 16 de abril de 2022.

Nos exercícios de 2022 e 2021, os valores dos adicionais das bandeiras tarifárias foram definidos conforme detalhamento da tabela a seguir:

Patamares	Até junho/2021 REH nº 2.628/2019 R\$/MWh	De julho/2021 a junho/2022 REH nº 2.888/2021 R\$/MWh	De setembro/2021 a 15/abril/2022 Resolução MME nº 3/2021 R\$/MWh	A partir de julho/2022 REH nº 3.051/2022 R\$/MWh
Verde	-	-	Não altera	-
Amarela	13,43	18,74	Não altera	29,89
Vermelha Patamar I	41,69	39,71	Não altera	65,00
Vermelha Patamar II	62,43	94,92	Não altera	97,95
Escassez Hídrica	-	-	142	-

A Resolução MME nº 3/2021 apresentou somente o valor da Bandeira Escassez Hídrica, bem como seu período de vigência, permanecendo inalterados, portanto, valores e vigência da REH nº 2.888/2021, até junho de 2022, quando foram alterados pela REH nº 3.051/2022.

Revisão Tarifária Extraordinária – RTE

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), homologou em 12 de julho de 2022, a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) da Companhia Energética de Pernambuco – Neoenergia Pernambuco, com vigência a partir de 13 de julho de 2022 a 28 de abril de 2023, conforme a Resolução Homologatória nº 3.055/2022. A redução média das tarifas da Companhia, percebida pelos clientes, foi de 4,07%.

A Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) foi estabelecida pela Lei nº 14.385/2022, de 27 de junho de 2022, que determinou novas regras para a devolução dos Créditos Tributários especialmente aqueles referentes à exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS. Assim, conforme a referida previsão legal a ANEEL recalculou as tarifas considerando o financeiro de R\$ (492) referente aos Créditos do PIS/COFINS que impactou para a redução das tarifas indicadas acima.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**3.1 Fornecimento de energia elétrica**

	GWh		R\$	
	2022	2021	2022	2021
Residencial	5.394	5.454	4.458	4.527
Comercial	2.098	2.119	1.931	1.934
Industrial	445	500	456	496
Rural	506	678	351	415
Poder público	623	572	510	457
Iluminação pública	526	593	294	352
Serviços públicos	681	681	396	370
Consumo próprio	19	16	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	67	30
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	-	(4.556)	(4.608)
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	1.013	612
Total	10.292	10.613	4.920	4.585

- (1) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 29 de abril de 2022, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.032/2022.
- (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 379 (R\$ 305 em 2021) referente à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 193 (R\$ 192 em 2021) referente à subvenção CDE; (iii) R\$ 10 (R\$ 71 em 2021) referente à subvenção bônus crise hídrica; (iv) R\$ 158 (R\$ 44 em 2021) referente à subvenção CCRBT; (v) R\$ 87 (R\$ 0 em 2021) referente à subvenção escassez hídrica; e (vi) R\$ 187 (R\$ 0 em 2021) referente à subvenção modicidade Eletrobras.

3.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	2022	2021
CVA e neutralidade		
Energia (1)	(509)	468
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	(604)	305
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	38	26
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST	2	56
Neutralidade de encargos setoriais	29	(13)
PROINFA	4	-
	(1.040)	842
Componentes financeiros e subsídios		
Repasse de sobrecontratação (3)	475	(8)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	33	(17)
Passivo conta COVID (4)	3	(81)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (5)	306	127
Crédito consumidor reversão para modicidade	5	8
Modicidade Eletrobras (6)	(187)	-
Bandeira escassez hídrica (7)	291	-
Outros	10	6
	936	35
Total	(104)	877

- (1) CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para a redução das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade e os eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo em 2022, conforme determinado pela ANEEL, resultando em um aumento da CVA a devolver neste ano;

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



- (2) CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o redutor bandeira tarifária alocado no ESS em 2022 e o próprio custo do Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR), conforme determinado pela ANEEL;
- (3) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário;
- (4) Constituição ativo do componente financeiro, correspondente à amortização do saldo do ativo financeiro setorial previsto no inciso V do caput do art. 3º, em função do mercado faturado, conforme estabelecido na REN ANEEL nº 885/2020;
- (5) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2022 e atualizado pela Revisão Tarifária Extraordinária - RTE (julho de 2022), R\$ (356) à título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até dezembro de 2022, o valor ativo de R\$ 306 em contrapartida da redução da receita;
- (6) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e o Despacho ANEEL nº 1.959/2022, sendo constituído pela Companhia o passivo de R\$ (187) em 31 de dezembro de 2022; e
- (7) A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2022, o valor de R\$ (432), conforme REH nº 3.032/2022, referente ao componente financeiro negativo correspondente a recuperação dos custos via tarifa da bandeira escassez hídrica, além da antecipação da reversão dos custos de importação de energia e programa de redução voluntária de consumo, sendo constituído até dezembro de 2022, o valor ativo de R\$ 291, em contrapartida da redução da receita.

3.3 Outras receitas

	2022	2021
Arrendamentos e aluguéis	99	61
Comissão serviços de terceiros	21	22
Renda da prestação de serviços	2	2
Serviço taxado	4	5
Administração de faturas de fraudes	4	4
Total	130	94

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**3.4 Deduções de receita bruta**

	2022	2021
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (1)	(1.801)	(2.069)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(807)	(1.016)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(6)	(4)
	(2.614)	(3.089)
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(603)	(393)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(34)	(37)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(54)	(31)
Outros encargos (2)	(42)	(43)
	(733)	(504)
Total	(3.347)	(3.593)

- (1) Em junho de 2022, foi sancionada a Lei Complementar nº 194/2022 que estabeleceu que a tributação do ICMS nas operações com energia elétrica não deve ser superior às praticadas nas operações em geral do Estado, uma vez que se trata de um bem essencial. Dessa forma, após a regulamentação da referida Lei Complementar por cada Estado, a Companhia limitou a alíquota do ICMS sobre as operações de energia elétrica à 18%. Essa redução não impacta o resultado da Companhia, pois a mesma é mera arrecadadora do ICMS.
- (2) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE.

3.5 Política contábil e julgamentos críticos**a) Política contábil**

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente.

A receita de disponibilidade da rede elétrica é mensurada pela contraprestação recebida dos clientes (livres e cativos) pelo uso do sistema e o valor da contraprestação tem como característica o vínculo com a TUSD, conforme definido pelo Poder Concedente.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A Companhia poderá vender o excedente de energia contratada no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças ('PLD').

As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda e outros descontos tarifários, bem como os subsídios referentes aos valores recebidos para cobertura de despesas incorridas (aporte CDE), bandeira tarifária e bônus da crise hídrica.

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

b) Estimativas e julgamento crítico

A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, a Administração da Companhia estima que as premissas de margem dessas obrigações de desempenho é 0% (zero por cento).

A Companhia reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no tocante às expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura.

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Generation Scaling Factor* ("GSF") de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA**

	GWh		R\$	
	2022	2021	2022	2021
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (1)	9.140	7.836	(1.858)	(2.356)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2)	-	-	(222)	(1.009)
Energia curto prazo - PLD e MRE (3)	-	107	(6)	357
Contratos por cotas de garantia física	3.290	3.229	(421)	(376)
Energia adquirida contrato bilateral	3.416	3.416	(1.379)	(1.206)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	438	446	(150)	(103)
Outros	246	257	(128)	(86)
Subtotal	16.530	15.291	(4.164)	(4.779)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	382	409
Total	16.530	15.291	(3.782)	(4.370)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(609)	(588)
Encargos de conexão			(47)	(43)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (4)			(167)	(682)
Encargo de Energia de Reserva - EER (5)			(188)	42
Outros encargos			(6)	(8)
Subtotal			(1.017)	(1.279)
Créditos de PIS e COFINS			115	102
Total			(902)	(1.177)
Total dos custos com energia elétrica			(4.684)	(5.547)

PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

- (1) A redução do custo de energia adquirida no ACR é decorrente da redução da parcela variável impactada diretamente pelo PLD, em virtude da redução da geração de usinas térmicas;
- (2) Maior disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos reduziu o custo com o Risco Hidrológico e a consequente redução do despacho das térmicas reduzindo o custo com o Condomínio Virtual;
- (3) Redução decorrente da equalização do PLD em 2022 gerando menos excedente financeiro, e não houve compra de energia no MCP (*Déficit*);
- (4) Redução dos custos do ESS Brasil decorrente da segurança energética, em virtude de melhor nível hidrológico de reservatórios e regime pluviométrico mais favorável no período de fevereiro a junho/2022 e outubro a dezembro/2022, o que equivale a 10 meses; e
- (5) Aumento no pagamento de Encargo de Energia de Reserva de modo a garantir o contínuo equilíbrio financeiro da conta do CONER.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO**

	2022	2021
Pessoal	(117)	(83)
Material	(425)	(378)
Serviços de terceiros	(369)	(277)
Juros sobre obras em andamento	(9)	(5)
Outros	(21)	(4)
Obrigações especiais	44	28
Total	(897)	(719)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2022			
Custos/Despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(244)	(20)	(120)	(384)
Administradores	-	-	(3)	(3)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(193)	(55)	(90)	(338)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(312)	-	(49)	(361)
Combustível para produção de energia	(4)	-	-	(4)
Provisão para processos judiciais	-	-	(44)	(44)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(4)	(4)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(40)	(1)	(24)	(65)
Total	(793)	(76)	(334)	(1.203)

	2021			
Custos/Despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(207)	(23)	(117)	(347)
Administradores	-	-	(4)	(4)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(186)	(48)	(78)	(312)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(292)	-	(50)	(342)
Combustível para produção de energia	(14)	-	-	(14)
Provisão para processos judiciais	-	-	(48)	(48)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(3)	(3)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(41)	(1)	(8)	(50)
Total	(740)	(72)	(308)	(1.120)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**6.1 Pessoal e benefícios a empregados**

	2022	2021
Remunerações	(190)	(168)
Encargos sociais	(85)	(75)
Auxílio alimentação	(58)	(50)
Convênio assistencial e outros benefícios (1)	(23)	(22)
Provisão para férias e 13º salário	(43)	(40)
Plano de saúde	(66)	(39)
Participação nos resultados	(39)	(41)
(-) Transferências para ordens (2)	130	96
Outros	(10)	(8)
Total	(384)	(347)

(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios.

(2) Transferência do custo de mão-de-obra própria para projetos.

6.2 Serviços de terceiros

	2022	2021
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	(65)	(59)
Agente arrecador e credenciado	(22)	(21)
Corte, ligação e religação	(28)	(26)
Atendimento e teleatendimento	(24)	(19)
Serviços técnicos e manutenções	(81)	(62)
Poda de árvore e limpeza de faixa	(8)	(8)
Cobrança administrativa e negativação	(5)	(4)
Inspeção técnica e perícia	(1)	(3)
Tecnologia da informação	(34)	(37)
Serviços jurídicos	(12)	(11)
Consultoria e auditoria	(2)	(2)
Comunicação	(2)	(2)
Encerramento de ordem - Custo do serviço prestado	(16)	(22)
Vigilância	(5)	(4)
(-) Crédito PIS e COFINS	3	3
Outros serviços	(36)	(35)
Total	(338)	(312)

6.3 Depreciação e amortização

	2022	2021
Quota de depreciação e amortização	(364)	(334)
Baixa do valor residual	(3)	(16)
Subtotal	(367)	(350)
(-) Crédito PIS/COFINS	6	8
Total	(361)	(342)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**6.4 Outras receitas e despesas, líquidas**

	2022	2021
Seguros	(4)	(3)
Despesas de viagem	(8)	(6)
Propaganda e publicidade	(9)	(7)
Multa por inadimplência/contratual	69	66
Perdas/alienação/desativação	(35)	(42)
Material	(66)	(52)
Outros	(12)	(6)
Total	(65)	(50)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	127	15
(-) Tributos sobre receita financeira	(17)	(7)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	79	117
Atualização de depósitos judiciais	10	1
Atualização do ativo financeiro setorial	70	1
Outras receitas financeiras	8	6
	277	133
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(713)	(402)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(12)	(8)
Atualização de provisões para processos judiciais	(38)	(57)
Outras despesas financeiras (2)	(103)	(67)
	(866)	(534)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (3)	(328)	(362)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c))	495	255
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b))	(681)	(312)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (3)	337	389
Perdas com variações cambiais e monetárias	(29)	(15)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	48	7
	(158)	(38)
Resultado financeiro líquido	(747)	(439)

- (1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e aumento do volume da dívida;
- (2) Refere-se, principalmente, aos juros Selic, atualização do passivo a devolver ao consumidor da base de exclusão do ICMS sobre PIS e COFINS; e
- (3) Redução do euro e do dólar em comparação aos doze meses do ano passado, gerando receita nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, conseqüentemente despesa nos derivativos.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES****8.1 Tributos sobre o lucro**

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	223	506
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(76)	(172)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	14	26
Incentivos fiscais	-	23
Excesso de previdência privada	(8)	(11)
Outras adições permanentes	4	4
Tributos sobre o lucro	(66)	(130)
Alíquota efetiva	30%	26%
Corrente	(1)	(14)
Diferido	(65)	(116)

8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2022	2021
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	28	28
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	53	64
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	41	31
Provisão para processos judiciais	79	71
Perdas estimadas de créditos - contas a receber	111	98
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	24	25
Arrendamentos capitalizados	2	1
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível	14	13
PLR	14	14
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(358)	(290)
Capitalização de juros de dívida	(63)	(63)
Valor justo de instrumentos financeiros	48	15
Outros	14	11
Total ativo não circulante	7	18

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18
Efeitos reconhecidos no resultado	(65)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	54
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7
Saldo em 31 de dezembro de 2020	116
Efeitos reconhecidos no resultado	(116)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	18
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções fundamentadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, reconhecidos, é de R\$ 7 em 2024.

8.1.3 Tributos sobre o lucro a recuperar e imposto corrente passivo longo prazo

	2022	2021
IRPJ	191	129
CSLL	28	19
Total ativo circulante	219	148
	2022	2021
IRPJ	-	2
Total passivo circulante	-	2

8.1.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o montante de R\$ 0 (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2021) reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

Além das incertezas tributárias no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos, a Companhia possui o montante de R\$ 1.694 (R\$ 1.610 em 31 de dezembro de 2021), referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário.

As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como seguem:

- (i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 1.640 (R\$ 1.562 em 31 de dezembro de 2021); e
- (ii) Processos administrativos oriundos da não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R\$ 12 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**8.1.5 Benefício fiscal – Mais-valia e PMIPL**

O benefício fiscal da Mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a Mais-valia de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da Mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL, cujos saldos são como seguem:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	64	75
Amortização	(32)	(33)
Reversão	21	22
Saldo final do exercício	53	64

A amortização da Mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme impactos monetários abaixo:

2023	2024	2025	2026	2027	Entre 2028 e 2032
10	9	9	9	8	8

8.1.6 Política contábil e julgamentos críticos**a) Política contábil**

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

O benefício fiscal decorrente de Mais-valia e ágio (*goodwill*) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2027, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**b) Estimativas e julgamentos críticos**

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar às demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8.2 Outros Tributos**8.2.1 Outros tributos a recuperar**

	2022	2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	138	115
Programa de Integração Social - PIS (nota 8.4)	365	392
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (nota 8.4)	1.718	1.846
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2	2
Outros	9	9
Total	2.232	2.364
Circulante	452	672
Não circulante	1.780	1.692

8.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2022	2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	33	67
Programa de Integração Social - PIS	8	3
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	36	14
Impostos e contribuições retidos na fonte	14	12
Outros	16	14
Outros tributos a recolher	107	110
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	26	31
Programa de Eficiência Energética - PEE	52	63
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	15	16
Bandeira tarifária	-	80
Outros	4	5
Encargos setoriais	97	195
Total	204	305
Circulante	183	260
Não circulante	21	45

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**8.3 Ressarcimento a consumidores – Tributos federais**

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos, acolhendo-os em parte para (i) modular no tempo a decisão de inconstitucionalidade, cujos efeitos se darão após 15 de março de 2017 (data do julgamento do mérito do *leading case*), exceto para ações judiciais ou administrativas protocoladas até a referida data; e (ii) fixar que a parcela do ICMS a ser expurgada da base de cálculo das contribuições é aquela destacada no faturamento, e não a efetivamente paga.

Considerando as ações ajuizadas e a modulação dos efeitos da decisão do STF, a Companhia constituiu um ativo de PIS e de COFINS a recuperar. Os créditos objeto do referido ativo vêm sendo compensados de acordo com a regulamentação expedida pela RFB frente às obrigações vincendas. Em contrapartida, foi constituído um passivo correspondente, líquido de custas processuais e honorários advocatícios, que está sendo repassado aos consumidores através dos eventos tarifários anuais, à medida que as compensações vão sendo realizadas.

O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, são atualizados pela taxa SELIC e descontados das compensações já realizadas, representando o montante de R\$ 2.025 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.172 em 31 de dezembro de 2021).

Com o advento da Lei nº 14.385/2022, de 27 de junho de 2022, ficou definido que os valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado ou em razão de recolhimento a maior que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS deverão ser destinados aos consumidores através dos processos tarifários.

Apresentamos a seguir a movimentação do Ressarcimento a consumidores:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.172
Atualização monetária	152
Compensação	(299)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.025
Circulante	299
Não circulante	1.726
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.156
Constituição	222
Atualização monetária	82
Pagamento	(2)
Compensação	(286)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.172
Circulante	524
Não circulante	1.648

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	77	72
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	432	455
Fundos de Investimento	398	146
Total	907	673

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 100,31% do CDI (99,31% em 31 dezembro de 2021).

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com menor nível de risco, conforme abaixo:

Carteira	2022	2021
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	398	129
CDB	-	14
Outros	-	3
Total	398	146

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2022			2021		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	2.189	(656)	1.533	2.199	(592)	1.607
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	22	-	22	121	-	121
Disponibilidade da rede elétrica	57	(3)	54	51	(3)	48
Subvenções e subsídios governamentais	112	-	112	183	-	183
Outros recebíveis	121	(35)	86	118	(21)	97
Total	2.501	(694)	1.807	2.672	(616)	2.056
Ativo circulante			1.705			1.944
Ativo não circulante			102			112

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**10.1 Fornecimento de energia**

A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2022		2021	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	833	(429)	810	(352)
Comercial	282	(86)	285	(83)
Industrial	132	(57)	128	(70)
Rural	130	(42)	130	(50)
Poder público	149	(14)	159	(21)
Iluminação pública	171	(5)	182	(7)
Serviço público	103	(2)	102	(3)
Não faturado	389	(21)	403	(6)
Total	2.189	(656)	2.199	(592)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2022		2021	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	750	(49)	878	(30)
Saldos vencidos:	1.439	(607)	1.321	(562)
Entre 1 e 90 dias	366	(44)	441	(48)
Entre 91 e 180 dias	95	(39)	131	(50)
Entre 181 e 360 dias	216	(90)	168	(62)
Acima de 361 dias	762	(434)	581	(402)
	2.189	(656)	2.199	(592)

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	(616)	(550)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(178)	(168)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	100	102
Saldo final do exercício	(694)	(616)

Em 31 de dezembro de 2022, as Perdas de Crédito Esperada (PCE) totalizaram R\$ 178 (R\$ 168 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$ 1 de resultado financeiro (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2021).

10.3 Política contábil e julgamentos críticos**a) Política contábil**

O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**b) Estimativas e julgamentos críticos**

A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para o negócio de distribuição operado pela Companhia.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público), acima de 12 meses a matriz considera perda integral. Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada.

Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada quatro anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	2022			2021		
	Direito	Obrigações	Efeito líquido	Direito	Obrigações	Efeito líquido
CVA e neutralidade						
Energia	131	(168)	(37)	445	-	445
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	173	(443)	(270)	329	-	329
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST	104	-	104	95	-	95
Outros	81	(8)	73	8	(13)	(5)
Componentes financeiros e subsídios						
Repasse de sobrecontratação (1)	439	-	439	-	(51)	(51)
Risco hidrológico	-	(152)	(152)	-	(159)	(159)
Recomposição energia Termope	79	-	79	77	-	77
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	-	(152)	(152)	-	(182)	(182)
Passivo conta COVID	-	(1)	(1)	-	(11)	(11)
CDE modicidade Eletrobras (nota 3.3)	-	(198)	(198)	-	-	-
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (2)	148	(313)	(165)	129	(291)	(162)
Bandeira escassez hídrica (3)	319	-	319	-	-	-
Outros	2	(3)	(1)	2	(7)	(5)
Total	1.476	(1.438)	38	1.085	(714)	371
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	394	(238)	156	212	(200)	12
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	1.082	(1.200)	(118)	873	(514)	359
Total	1.476	(1.438)	38	1.085	(714)	371
Ativo circulante			159			419
Passivo não circulante			(121)			(48)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



- (1) Em agosto de 2020, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.508, que estabeleceu os valores de exposições a serem tratadas como involuntárias, no âmbito da compra de energia das distribuidoras, relativas ao biênio 2016/2017. Tempestivamente, a Companhia interpôs recurso administrativo quanto a esses valores, sendo a decisão final da ANEEL consubstanciada pelo Despacho 2.168, de agosto de 2022. Houve evolução da discussão acerca da sobrecontratação involuntária devido à Covid (CP 35/2020), que impactou nas apurações de sobrecontratação do ano de 2020. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou um ativo de R\$ 439, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário.
- (2) Em 27 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385/2022, com o objetivo de disciplinar a devolução dos créditos do PIS COFINS sobre o ICMS, e que ensejou a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE em 13 de julho de 2022. Esses mecanismos permitiram a antecipação da reversão dos valores desses tributos, como componente financeiro negativo, cujo diferimento para o período de julho de 2022 a março de 2023, está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal.
- (3) Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário 2022, componente financeiro, conforme saldo da distribuidora frente à Conta Bandeiras na competência de janeiro de 2022, com a finalidade de expurgar os efeitos dos custos não cobertos pelas Bandeiras e que serão recuperados durante o ciclo da Bandeira Escassez.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direito	Obrigações	Efeito líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	263	(482)	(219)
Constituição	1.083	(292)	791
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(202)	288	86
Atualização monetária	32	(31)	1
Transferências	(91)	(197)	(288)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.085	(714)	371
Constituição (1)	1.002	(754)	248
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário) (2)	(744)	392	(352)
Atualização monetária	142	(72)	70
Transferências	(9)	(290)	(299)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.476	(1.438)	38

- (1) Em 2022, a Companhia constituiu o montante de R\$ 249, com ênfase para o componente financeiro de PIS/COFINS, em função do reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil – RFB, além da CVA de ESS, em função das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o redutor de bandeira tarifária alocado no ESS em 2022, decorrente, principalmente, da Resolução CREG 03/2021 e o próprio custo Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR).
- (2) Em 2022, a Companhia amortizou o montante de R\$ (353), decorrente dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2021 e 2022.

A partir dos processos tarifários de 2021, está ocorrendo a inclusão de um novo componente do Encargo CDE, denominado CDE - CONTA COVID, relacionado ao pagamento do empréstimo da CONTA COVID, conforme disposto no Decreto nº 10.350/2020, destinado a receber os recursos de operação financeira para alívio do caixa das distribuidoras em 2020, decorrente da parcela alocada na TE e na TUSD. Para o consumidor, a iniciativa representa a postergação e o parcelamento de impactos tarifários, diluídos em 60 meses por meio da CDE - CONTA COVID.

Até o final do exercício de 2022, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 180 (R\$ 135 até 31 de dezembro de 2021) para amortização da operação financeira da CDE - CONTA COVID, em cumprimento ao Despacho nº 939/2021.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**11.1 Política contábil e julgamentos críticos****a) Política contábil**

Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial as expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12.1 Ativo Financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6(i)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	3.493	2.680
Baixas	(3)	(4)
Transferência ativo contratual (1)	504	406
Transferência ativo intangível	9	5
Ajustes a valor justo (2)	199	406
Saldo final do exercício	4.202	3.493
Ativo não circulante	4.202	3.493

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



- (1) Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção.
- (2) Reconhecimento em junho de 2021 do Laudo 5º ciclo da Revisão Tarifária Periódica – RTP, no montante de R\$ 113. Adicionalmente, o valor justo está impactado negativamente com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA R\$ (94) em função da redução do índice, se comparado com dezembro de 2021.

12.2 Ativo Contratual

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção e melhoria da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	717	731
Adições (1)	909	733
Baixas	(36)	(22)
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(314)	(324)
Transferências - ativos financeiros (1)	(504)	(406)
Transferências - outros	24	5
Saldo final do exercício	796	717
Custo	839	747
Obrigações especiais	(43)	(30)

- (1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

12.3 Política contábil e julgamentos críticos**a) Política contábil**

Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que:

De acordo com os contratos de concessão:

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado em preços atribuídos pela ANEEL, estipulados para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. As estimativas utilizadas consideram premissas observáveis no: (i) Banco de Preços Referenciais e Orçamento Referencial, ambos da ANEEL, e (ii) Banco de Preços da Companhia. Essas premissas podem ser significativamente diferentes das estimadas pela Administração no momento da indenização pelo Poder Concedente.

13.INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão
Taxa de amortização a.a.	4,13%
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.430
Baixas	(11)
Amortização	(357)
Transferências - ativo financeiro (1)	(9)
Transferências - ativo contratual (2)	314
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.367
Custo	5.964
Amortização acumulada	(3.438)
Obrigações especiais	(159)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.461
Baixas	(21)
Amortização	(329)
Transferências - ativo financeiro (1)	(5)
Transferências - ativo contratual (2)	324
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.430
Custo	5.694
Amortização acumulada	(3.095)
Obrigações especiais	(169)

- Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo intangível, conforme a forma de remuneração.
- Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

13.1 Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2022	2021
Energia elétrica	529	572
Encargos de uso da rede	90	312
Materiais e serviços	165	131
Energia livre (1)	63	57
Total	847	1.072
Circulante	784	1.015
Não circulante	63	57

- (1) Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**15.1 Dívida líquida**

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital.

A dívida líquida é composta como segue:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos bancários	1.706	2.315
Agências de fomento	1.664	1.432
Mercado de capitais	4.122	2.959
Empréstimos e financiamentos (1)	7.492	6.706
(+) Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	100	(301)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(907)	(673)
(-) Títulos e valores mobiliários	(55)	(41)
Dívida líquida	6.630	5.691

- (1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias, vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

15.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2022	2021
Denominados em R\$	6.026	4.623
Indexados a taxas flutuantes	6.023	4.619
Indexados a taxas fixas	3	4
Denominados em US\$	1.503	1.607
Indexados a taxas fixas	1.503	1.607
Denominados em outras moedas	-	503
Indexados a taxas fixas	-	503
	7.529	6.733
(-) Depósitos em garantia	(2)	(1)
(-) Custos de transação	(35)	(26)
	7.492	6.706
Passivo circulante	783	1.229
Passivo não circulante	6.709	5.477

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2022	2021
Custo médio em % CDI (1)	96,6%	173,0%
Custo médio em taxa Pré (2)	12,1%	8,2%
Saldo da dívida	7.492	6.706
Instrumentos financeiros derivativos	100	(301)
Dívida total líquida de derivativos	7.592	6.405

(1) Custo médio em Taxa Pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses.

(2) Resultado de Dívida Acumulado 12 meses dividido pelo Saldo médio dos últimos 13 meses da Dívida Bruta.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal (1)	Juros (1)	Instrumentos derivativos	Total
2023	698	664	174	1.536
2024	1.404	531	97	2.032
2025	1.455	438	(144)	1.749
2026	989	388	(75)	1.302
2027	1.046	281	-	1.327
Entre 2028 e 2032	2.122	411	-	2.533
Entre 2033 e 2037	231	43	-	274
2037 em diante	116	6	-	122
Total	8.061	2.762	52	10.875

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2022 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Em 31 de dezembro de 2022, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 4 anos (4 anos em 31 de dezembro de 2021).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	6.706	5.464
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (1)	1.936	2.324
Amortizações de principal	(1.050)	(1.307)
Custo de captação	(18)	(14)
Pagamento de encargos de dívida	(620)	(273)
Aplicação (resgate) dos depósitos em garantia	(1)	8
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	706	397
Variação cambial	(166)	115
Marcação a valor justo	(1)	(8)
Saldo final do exercício	7.492	6.706

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as operações captadas, no montante de R\$ 1.936, pela Companhia foram: (i) R\$ 1.200 via 12ª emissão de debêntures com prazo final em 10 anos; (ii) R\$ 450 via 2ª emissão de notas comerciais com vencimento final em 7 anos; e (iii) R\$ 286 com prazo de vencimento de até 20 anos captados junto ao BNDES. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as operações captadas, no montante de R\$ 2.324, pela Companhia foram: (i) R\$ 400 com prazo de vencimento 3 anos captados junto ao Scotiabank; (ii) R\$ 300 com prazo de vencimento 5 anos captados junto ao Scotiabank; (iii) R\$ 200 com prazo de vencimento 5 anos captados junto ao Sumitomo; (iv) R\$ 500 captados via emissão de debêntures com prazo de até 10 anos; (v) R\$ 500 via notas comerciais com prazo de até 7 anos; e (vi) R\$ 424 com prazo de vencimento de até 20 anos captados junto ao BNDES.

d) Linhas de crédito

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total	Montante utilizado
Linhas de crédito rotativas	R\$	12/08/2024	100	-
Linhas de crédito rotativas	R\$	26/08/2024	100	-
Linhas de financiamento	R\$	23/04/2023	716	710
			916	710

O custo médio para manutenção dessas linhas de crédito é de 0,44% a.a. sobre o montante total.

e) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 84% dos contratos de dívidas que contêm cláusulas de *covenants* que são apurados na controladora. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

	Limites contratual Inferior (1)	Medição (2) em 2022
Consolidado Neoenergia:		
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	3,15
EBITDA ÷ Resultado financeiro	≥ 2,0	3,05

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



(1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas.

(2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nessa demonstração financeira.

A Neoenergia S.A é avalista e garantidora das dívidas de suas subsidiárias.

A Companhia possui covenants não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos covenants financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de covenants não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

f) Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a taxa média de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 1,1% e 1,2%, respectivamente.

15.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da sua estratégia de gestão de risco a Companhia utiliza contratos de *swaps*, a termo e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 1.1.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	2022	2021
Contratados para proteção de dívidas:		
Swap de moeda - US\$ vs R\$	(100)	118
Swap de moeda - outras moedas vs R\$	-	157
Swap de taxas de juros - R\$	-	26
Exposição líquida	(100)	301
Ativo circulante	-	183
Ativo não circulante	45	147
Passivo circulante	(55)	(24)
Passivo não circulante	(90)	(5)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Derivativos designados para contabilidade de <i>hedge</i> - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	(100)	275
Derivativos designados para contabilidade de <i>hedge</i> - valor justo		
Contratados para proteção de dívidas	-	26
	(100)	301

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2022			2021		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	301	-	301	541	-	541
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(344)	-	(344)	77	-	77
Ganho (perda) reconhecido no Capex	-	-	-	-	(1)	(1)
Liquidação financeira entradas (saídas)	37	2	39	(255)	-	(255)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(94)	(2)	(96)	(61)	-	(61)
Saldo final	(100)	-	(100)	302	(1)	301
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	(344)	-	(344)	77	-	77

c) Política contábil e julgamentos críticos**(i) Política contábil**

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

As variações no valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidas no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**(ii) Estimativas e julgamentos críticos**

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente.

16. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS**16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais****a) Provisão para processos judiciais**

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Cíveis (1)	Trabalhistas (2)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	162	45	207
Adições e reversões, líquidas	33	11	44
Pagamentos	(38)	(19)	(57)
Atualizações monetárias	31	7	38
Saldo em 31 de dezembro de 2022	188	44	232
Circulante			53
Não circulante			179
	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	117	40	157
Adições e reversões, líquidas	32	16	48
Pagamentos	(33)	(22)	(55)
Atualizações monetárias	46	11	57
Saldo em 31 de dezembro de 2021	162	45	207
Circulante			51
Não circulante			156

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destacamos:

(1) Processos cíveis: Do total reconhecido, destaca-se:

- Ações cíveis onde se discute indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo, cobranças indevidas, danos morais e materiais entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios abrangendo os objetos relativos a danos elétricos em equipamentos, danos por interrupção de energia, ações acidentárias, cobrança indevida, corte indevido, irregularidade de consumo, serviço de rede, pedido de ligação, negativação indevida e Portaria DNAEE, no montante estimado de R\$ 176 (R\$ 152 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



(2) Processos trabalhistas: Do total reconhecido, destacam-se:

- Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários, dentre outras, cujo montante estimado é de R\$ 17 (R\$ 15 em 31 de dezembro de 2021); e
- Ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo montante estimado é de R\$ 27 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2021).

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2022	2021
Processos cíveis (1)	450	375
Processos trabalhistas (2)	173	174
Processos fiscais (3)	899	761
Total	1.522	1.310

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível, destacamos:

(1) Processos cíveis: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros, conforme explicados a seguir:

- Ações de indenização movidas por terceiros em razão de acidentes (Eletroplessão) com a rede elétrica. Não observância da população/consumidor das normas e distâncias de segurança, bem como rompimento de fios, por fenômenos naturais ou falhas técnicas, com o valor estimado de R\$ 106 (R\$ 85 em 31 de dezembro de 2021).

(2) Processos trabalhistas: Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

(3) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros.

Destacamos o auto de infração motivados por:

- Autos de infração por suposta utilização do ICMS nas aquisições de ativo fixo, de fornecedores microempresa, créditos em duplicidade e nas aquisições de compras com entrega futura, estimados em R\$ 501 (R\$ 480 em 31 de dezembro de 2021).

As provisões para processos e os passivos contingentes são atualizados monetariamente: (1) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (2) pela variação do IPCA na fase pré-processual e SELIC após o ajuizamento das ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58; e (3) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**c) Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2022	2021
Processos cíveis	70	57
Processos trabalhistas	80	78
Processos fiscais	12	13
Total	162	148

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e pela taxa TR mais 70% da taxa SELIC, para os demais processos.

d) Política contábil e julgamentos críticos**(i) Política contábil**

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

17. OUTROS PASSIVOS

	2022	2021
Caução em garantia (1)	177	163
Devoluções a consumidores (2)	54	119
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	25	22
Repasse a terceiros	17	15
Plano de saúde	6	15
Bônus estratégico	6	4
Compartilhamento de pessoal	6	5
Outros	9	12
Total	300	355
Circulante	264	340
Não circulante	36	15

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



(1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente (IPCA ou CDI), para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(2) Variação impactada pela devolução de Bônus Incentivo Redução Consumo de Energia Elétrica no montante de R\$ 71.

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração, a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto e longo prazo - pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Benefício Definido"); e (ii) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Contribuição Definida").

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2022	2021
Obrigações trabalhistas e PLR	93	91
Benefícios de curto prazo - pós-emprego (nota 18.1 (a))	72	44
Benefícios de longo prazo - pós-emprego (nota 18.1 (a))	49	47
Total	214	182
Passivo circulante	165	135
Passivo não circulante	49	47

18.1 Benefícios de curto e longo prazo - Pós-Emprego

A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido está fechado para novas adesões, em razão de expor a Companhia ao risco de desequilíbrio atuarial em caso de situação deficitária do plano, de forma que a Companhia teria que efetuar desembolsos extraordinários a fim de assegurar a concessão dos benefícios aos colaboradores e ex-colaboradores participantes dos planos (ativos e assistidos).

Já para os planos de contribuição definida a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). Atualmente há apenas um plano de contribuição definida aberto para novas adesões.

A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia ("Curadores"). Os Curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	2022		
	Quantidade Beneficiários Ativos	Quantidade Beneficiários Assistidos	Situação
Planos de benefício definido			
Néos - Plano BD PE	43	3.282	Fechado
	43	3.282	
Planos de contribuição definida			
Néos - Plano CD BA	3	1	Fechado
Néos - Plano CD RN	2	1	Fechado
Néos - Plano CD PE	604	114	Fechado
Néos - Plano CD Néos	2.740	86	Aberto
	3.349	202	
Total	3.392	3.484	

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

	Benefício definido		
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Ativo (passivo) líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.095)	960	(135)
Custo do serviço	1	-	1
Efeitos dos juros	(74)	66	(8)
Contribuições pagas pelos participantes	(1)	1	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	45	45
Benefícios pagos pelo plano	105	(105)	-
Redimensionamento	77	(71)	6
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(987)	896	(91)
Custo do serviço	1	-	1
Efeitos dos juros	(82)	69	(13)
Contribuições pagas pelos participantes	(1)	1	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	47	47
Benefícios pagos pelo plano	118	(118)	-
Redimensionamento	(78)	13	(65)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.029)	908	(121)
Planos deficitários	(1.029)	908	(121)

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	2022	2021
	Benefício definido	Benefício definido
Custo do serviço	1	1
Despesa com juros de obrigações	(81)	(74)
Receita com juros de ativos	69	66
Total	(11)	(7)

Alocação dos custos do serviço:

Resultado do exercício	1	1
------------------------	---	---

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes**

	2022	2021
	Benefício definido	Benefício definido
Saldo no início do exercício	36	32
Redimensionamento:		
Mudanças nas premissas	(78)	77
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	13	(71)
Efeito bruto	(65)	6
Tributos sobre o lucro	22	(2)
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	(43)	4
Saldo no final do exercício	(7)	36

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2022	2021
	Benefício definido	Benefício definido
Valor presente das obrigações atuariais	(1.029)	(987)
Valor justo dos ativos	908	896
Total ativo (passivo) líquido	(121)	(91)
Passivo circulante	(72)	(44)
Passivo não circulante	(49)	(47)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o passivo atuarial da Companhia incluía um contrato de obrigação financeira para reequilíbrio atuarial do plano de benefício definido Néos, nos montantes de R\$ 23 e R\$ 44, respectivamente. Este contrato gera uma obrigação extraordinária para a Companhia, atualizado pelo INPC + 6% a.a., com amortização mensal e vencimento em dezembro de 2023.

e) Outras informações dos planos de benefício definido**(i) Ativos dos planos por categoria**

	2022			2021		
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total
Investimento direto:						
Fundo de investimento imobiliário	-	21	21	-	21	21
Outros	-	23	23	-	40	40
Investimento através de fundos:						
Fundo de investimento – ações/ quotas	18	-	18	27	-	27
Fundo de investimento – multimercado	14	-	14	27	-	27
Fundo de investimento – renda fixa	832	-	832	780	-	780
Total	864	44	908	834	61	895

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**(ii) Expectativa de pagamentos futuros**

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	2022
	Benefício definido
2023	102
2024	100
2025	97
2026	95
2027	93
Entre 2028 a 2032	421
Total	908

Para fins de capitalização do plano, a Companhia espera desembolsar R\$ 48 no exercício de 2023.

(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	2022	2021
	Benefício definido	Benefício definido
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	1.071	1.031
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	4,08%	4,51%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	8,65	9,45
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	990	946
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	-3,79%	-4,17%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	8,16	8,88

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2022	2021
	Benefício definido	Benefício definido
Taxa média nominal de desconto	9,60%	8,18%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	4,28%	4,03%
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,00%
<i>Duration</i> (em anos)	8,47	9,16
Tábua de mortalidade	AT-2000 M&F suavizada em 10%	AT-2000 M&F suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	<i>Light</i> Média	<i>Light</i> Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-1983 masculina Ativos: 80% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real	AT-1983 masculina Ativos: 80% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real
Composição familiar		

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos

Risco geral - O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o *déficit* com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente.

Mudanças na taxa de desconto - A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor dos investimentos em renda fixa.

Investimentos e volatilidade - O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano ('ALM'). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar ('PREVIC').

Hipóteses atuariais e econômicas - Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano.

f) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

Os planos de benefícios de longo prazo - pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida.

Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano.

Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem.

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do exercício a que as contribuições se referem.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**(ii) Estimativas e julgamentos críticos**

O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**19.1 Capital social**

O capital social está representado por ações ordinárias ("ON") e ações preferenciais ("PNA" e "PNB"), todas sem valor nominal. A emissão e colocação das ações será feita por deliberação do Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado, estabelecendo quantidade, preço e demais condições de emissão, subscrição e integralização.

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 700 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 663 (R\$ 663 em 31 de dezembro de 2021).

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte (por unidade de ações):

Acionistas/ Qtde. Ações vs R\$	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Pref.B	R\$	2022	
							Ações	Total
Neoenergia S.A.	66.052.187	594	7.085.257	64	562.531	5	73.699.975	663
Total	66.052.187	594	7.085.257	64	562.531	5	73.699.975	663

Acionistas/ Qtde. Ações vs R\$	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Pref.B	R\$	2021	
							Ações	Total
Neoenergia S.A.	66.022.550	587	464.272	4	400.375	4	66.887.197	595
Outros	280.143	2	7.102.982	63	342.066	3	7.725.191	68
Total	66.302.693	589	7.567.254	67	742.441	7	74.612.388	663

Em 2022, a Neoenergia adquiriu, por meio de Oferta Pública de Ações para Conversão de Registro, e em leilão realizado na B3, em 03 de outubro de 2022, 29.637 ONs, 6.620.985 PNAs e 162.156 PNBs, representativas de 9,13% do capital social da Neoenergia Pernambuco. Após o referido leilão, e conforme previsto no Edital da Oferta Pública para Conversão de Registro, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2022, resgate e cancelamento da totalidade das ações de emissão da Neoenergia Pernambuco que remanesceram em circulação após o leilão da OPA de Conversão de Registro, totalizando 250.506 ONs, 481.997 PNAs e 179.910 PNBs de emissão da Neoenergia Pernambuco, representativas de 1,22% do seu capital social total. Por fim, no dia 01 de novembro de 2022 foi aprovada a conversão de registro para Categoria B (empresas que não vendem ações, certificados de ações, ou títulos que possam ser convertidos nesses papéis) da Companhia pela Comissão de Valores Mobiliários.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda, no caso de existir lucro a distribuir: (i) As ações preferenciais "Classe A" têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais "Classe A"; (ii) As ações preferenciais "Classe B", têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais "Classe A", sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**19.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas****a) Lucro por ação**

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2022	2021
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	140	334
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	15	38
Lucro disponível aos acionistas preferenciais B	2	4
Total	157	376
Em unidades de ações		
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	66.052.187	66.302.693
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A	7.085.257	7.567.254
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais B	562.531	742.441
Total	73.699.975	74.612.388
Lucro básico e diluído por ação		
Ação ordinária (R\$)	2,13	5,04
Ação preferencial A (R\$)	2,13	5,04
Ação preferencial B (R\$)	2,34	5,54

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio ('JCP'), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	157	376
Reserva de incentivo fiscal	-	(21)
Lucro líquido ajustado	157	355
Reserva de retenção de lucros	(112)	-
Remuneração a distribuir	45	355
Remuneração		
Mínima obrigatória (25% do lucro líquido ajustado)	39	89
Remunerações intermediárias	6	11
Dividendos adicionais propostos	-	255
	45	355
Natureza da remuneração		
Dividendos	5	279
JCP	40	76
	45	355
Remuneração total por ação	0,61	4,76

O Conselho de Administração aprovou, a título de remuneração antecipada do exercício de 2022, a ser considerado no compute do dividendo mínimo obrigatório, o montante de R\$ 34 (R\$ 40, menos R\$ 6 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, a ser pago até 31 de dezembro de 2023.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Em 31 de dezembro de 2022, o montante a pagar aos acionistas da Companhia é de R\$ 41 (R\$ 60 em 31 de dezembro de 2021).

Os valores deliberados aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:

Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
2022					
RCA de 15 de dezembro de 2022	Juros sobre capital próprio	40	0,5423271	0,5423271	0,5965598
AGOE de 19 de abril de 2022	Dividendos mínimos obrigatórios - 2021	25	0,3303609	0,3303609	0,3633970
AGOE de 19 de abril de 2022	Dividendos adicionais	255	3,4186014	3,4186014	3,7604615
		320			
2021					
RCA de 30 de junho de 2021	Juros sobre capital próprio	36	0,4826700	0,4826700	0,5309370
RCA de 16 de dezembro de 2021	Juros sobre capital próprio	40	0,5287961	0,5287961	0,5816757
AGOE de 08 de abril de 2021	Dividendos adicionais	109	1,4656307	1,4656307	1,6121937
		185			

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	2022	2021
Saldo em 01 de janeiro	60	67
Declarados no exercício	45	101
Declarados de exercícios anteriores	255	109
Imposto de renda retido na fonte	(6)	(11)
Pagos no exercício	(313)	(206)
Saldo em 31 de dezembro	41	60

19.3 Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuariais de benefícios a empregados no montante de R\$ (43); e (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa no montante de R\$ (64).

19.4 Reserva de Capital

(i) Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio

Em 31 de dezembro de 2022 foi revertido o saldo integral referente a parte do resgate das ações (nota 19.1).

(ii) Reserva especial de ágio

Reserva líquida no montante de R\$ 446, sendo R\$ 508 correspondente ao ágio gerado em função da reestruturação societária da Companhia através da incorporação, R\$ 53 que corresponde a valor já capitalizado e R\$ 9 referente a parte do resgate das ações (nota 19.1).

Em 31 de dezembro de 2022, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 455 (R\$ 444 em 31 de dezembro de 2021).

19.5 Reserva de Lucros

(i) Reserva legal

Constitui exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A Lei 6.404/76, § 1º, artigo 182, estabelece que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício, se a reserva legal somada à reserva de capital, exceder o limite de 30% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 68.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



(ii) Reserva de incentivo fiscal

Constitui parcela do lucro líquido apurado em cada exercício oriunda de ganhos de incentivos fiscais da SUDENE. Esses montantes só podem ser utilizados para absorção de prejuízos acumulados ou aumento de capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 353.

(iii) Reserva de retenção de lucros

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, constituída mediante proposta de orçamento de capital pela Administração, no limite máximo do capital social integralizado. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 112.

19.6 Política contábil

O capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como "Acionistas e outros" nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**20.1 Saldos em aberto com partes relacionadas**

	2022		
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros
Ativo			Total
Outros ativos (c)	6	33	-
	6	33	-
Passivo			
Fornecedores e contas a pagar (a)	244	-	41
Benefícios a empregados (b)	-	-	27
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (d)	-	39	2
Outros passivos	6	-	-
	250	39	70
			359

	2021		
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros
Ativo			Total
Outros ativos	4	-	-
	4	-	-
Passivo			
Fornecedores e contas a pagar (a)	244	-	38
Benefícios a empregados (b)	-	-	45
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (d)	-	52	8
Outros passivos	5	-	-
	249	52	91
			392

20.2 Transações com partes relacionadas

	2022		
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros
Resultado do exercício			Total
Receita operacional líquida	3	-	-
Custos dos serviços (a)	(1.779)	-	(333)
Despesas gerais e administrativas (b)	3	-	(15)
Resultado financeiro líquido (b)/(c)	-	(45)	(4)
	(1.773)	(45)	(352)
			(2.170)

	2021		
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros
Resultado do exercício			Total
Receita operacional líquida	3	-	-
Custos dos serviços (a)	(1.624)	-	(304)
Despesas gerais e administrativas (b)	(4)	(1)	(8)
Resultado financeiro líquido (b)/(c)	-	(40)	(9)
	(1.625)	(41)	(321)
			(1.987)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**20.3 Principais transações com partes relacionadas**

As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

Subsidiárias da Neoenergia

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2022		2021	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a	TERMOPERNAMBUCO	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2030	2023	(242)	(1.758)	(242)	(1.608)

Controladora

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2022		2021	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
c	NEOENERGIA S.A.	Contrato de FEE por Aval	N/A	2026	2023	33	(45)	-	(40)
d	NEOENERGIA S.A.	PGTO de Dividendos e JCP	N/A	N/A	Indeterminado	(39)	-	(52)	-

Acionistas e outros

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2022		2021	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a	ENERGETICA ÁGUAS DA PEDRA S.A. (EAPSA)	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2040	2023	(3)	(24)	(3)	(22)
a	NORTE ENERGIA	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2044	2023	(4)	(30)	(3)	(27)
a	TELES PIRES	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2044	2023	(34)	(279)	(32)	(255)
d	Minoritários	PGTO de Dividendos e JCP	N/A	N/A	Indeterminado	(2)	-	(7)	-
b	Néos	Previdência Privada	N/A	N/A	Indeterminado	(27)	(19)	(45)	(17)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**20.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)**

A remuneração da Administração reconhecida no resultado do exercício pelo regime de competência é como segue:

	2022	2021
Salários e benefícios recorrentes	1	2
Outros benefícios de curto prazo	1	1
Benefícios de longo prazo	1	1
	3	4

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros**

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2022			2021		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	509	-	398	527	-	146
Títulos e valores mobiliários	1	-	54	1	-	40
Contas a receber de clientes e outros	2.501	-	-	2.672	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	45	-	-	304	26
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	159	-	-	419	-	-
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	4.202	-	-	3.493
Outros ativos	31	-	-	23	-	-
Total	3.201	45	4.654	3.642	304	3.705
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	847	-	-	1.072	-	-
Empréstimos e financiamentos	7.492	-	-	6.584	-	122
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	121	-	-	48	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	145	-	-	29	-
Passivo de arrendamento	23	-	-	16	-	-
Outros passivos	184	-	6	169	-	4
Total	8.667	145	6	7.889	29	126

CA – Custo Amortizado

VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR – Valor Justo por meio do Resultado

21.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.8 (análise de sensibilidade).

21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2022			2021		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	398	-	398	146	-	146
Títulos e valores mobiliários	54	-	54	40	-	40
Instrumentos financeiros derivativos	45	-	45	330	-	330
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	4.202	4.202	-	3.493	3.493
	497	4.202	4.699	516	3.493	4.009
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	122	-	122
Instrumentos financeiros derivativos	145	-	145	29	-	29
Outros passivos	6	-	6	4	-	4
	151	-	151	155	-	155

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2022 e 2021, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 199 e R\$ 406, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.1.

21.4 Instrumentos financeiros não reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2022		2021	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	7.492	7.400	6.584	6.485

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

21.5 Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo Amortizado ('CA'): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ('VJORA'): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor Justo por meio do Resultado ('VJR'): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

21.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Concessões do serviço público

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

(ii) Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de receita ou na abordagem de mercado.

As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente.

As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensurados com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livres de riscos provenientes de fonte de mercado (B3) e do *spread* de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de *rating*. O *spread* de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**(iii) Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que reflitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ou no portal da *Bloomberg*.

O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento do risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis.

21.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2022, não havia valor de margem depositado referente as posições com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Os contratos de *swap* e a NDF foram negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (LIBOR).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Ativo	US\$ 288	US\$ 288	2024 - 2026	1.412	1.615
Passivo	R\$ 1.465	R\$ 1.435		(1.512)	(1.496)
Líquido				(100)	119

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro**

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Euribor).

O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Ativo	€ -	€ 80	2022	-	517
Passivo	R\$ -	R\$ 357		-	(361)
Líquido				-	156

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e mensurado ao valor justo por meio do resultado:

Swap IPCA vs CDI	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Ativo	R\$ -	R\$ 120	2022	-	120
Passivo	R\$ -	R\$ 94		-	(94)
Líquido				-	26

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao US\$, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

O programa em 31 de dezembro de 2022, R\$ (0,13) (R\$ 0,25 em 31 de dezembro de 2021) é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao €, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

O programa em 31 de dezembro de 2022, R\$ (0,33) (R\$ (0,17) em 31 de dezembro de 2021) é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**21.8 Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 63 dias úteis (ou 90 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2022.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar	Alta do Dólar	5,2177	(1.503)	(1.550)	(233)	(465)
Swap Ponta Ativa em Dólar	(US\$)			1.412	1.457	218	437
Exposição Líquida				(91)	(93)	(15)	(28)

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido.

Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,2177	(1)	-
NDF				1	-
Exposição Líquida				-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro (€)	Alta do Euro	5,5694	(2)	1
NDF				2	(1)
Exposição Líquida				-	-

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	887	122	(18)	(37)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	13,65%	(3.364)	(515)	(77)	(155)
Swaps CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	13,65%	(1.511)	(235)	(35)	(70)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	5,90%	(2.660)	(218)	(17)	(35)

22.COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia (1)	Construção de Infraestrutura
2024	3.792	747
2025	3.643	752
2026	3.826	962
2027	4.025	1.022
2028	4.280	1.120
Entre 2029 e 2033	18.831	5.579

(1) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**23.MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO****MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO****CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Elena León Muñoz
Presidente

Fulvio da Silva Marcondes Machado
Solange Maria Pinto Ribeiro
Juliano Pansanato de Souza
Leonardo Pimenta Gadelha
Rogério Aschermann Martins
Edison Antônio Costa Britto Garcia
Titulares

CONSELHO FISCAL

Francesco Gaudio
Presidente

Eduardo Valdés Sanchez
João Guilherme Lamenza
Haroldo do Rosario Vieira
Luiz Otávio Nunes West
Titulares

José Antonio Lamenza
Glaucia Janice Nitsche
Antonio Carlos Lopes
Jorge Luiz Pacheco
José Romildo Borges Ferreira
Suplentes

DIRETORIA

Saulo Cabral e Silva
Diretor-Presidente
Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle
Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

CONTADORA

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis
CRC: BA-017210/O-1
CPF: 614.811.305-87

Proposta de Orçamento de Capital



PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Proposta de Orçamento de Capital

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL



A Lei n ° 6.404/76, alterada pela Lei n ° 10.303/2001 determina em seu artigo 196 que “a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. *Parágrafo 1º – O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até cinco exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. Parágrafo 2º – O orçamento poderá ser aprovado na assembleia geral que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado, anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.*”

A Companhia propõe destinar o valor de R\$ 112,0 milhões para a Reserva de retenção de lucros referente ao exercício de 2022, com finalidade de dar continuidade aos investimentos em curso.

Em conformidade com o artigo 25 (IV) da Instrução CVM 480/2009, demonstramos a seguir a proposta de Orçamento de Capital da NEOENERGIA PERNAMBUCO, bem como as fontes de recursos para o exercício de 2023.

Proposta de Orçamento de Capital**Companhia Energética de Pernambuco – CELPE****PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL**

	R\$ MM
ORÇAMENTO DE CAPITAL	2023
APLICAÇÕES DE RECURSOS	
Distribuição de Alta Tensão (Renovação / Expansão)	59
Linhas	11
Subestações / Automação	48
Distribuição em Média Tensão	441
Renovação / Expansão de Rede	158
Novas Ligações	283
Instalações Gerais	6
Projetos Especiais	229
Outros	229
TOTAL	735
FONTES DE RECURSOS	
Retenção de Lucros	112
Geração de caixa e recursos de terceiros	623
TOTAL	735

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração da **Companhia Energética de Pernambuco – CELPE** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2022, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes DELOITTE e o parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023.

Elena León Muñoz - Presidente

Fulvio da Silva Marcondes Machado

Solange Maria Pinto Ribeiro

Juliano Pansanato de Souza

Leonardo Pimenta Gadelha

Rogério Aschermann Martins

Edison Antônio Costa Britto Garcia

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia é oriunda principalmente do fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica, reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica, calculada em base estimada, até a data do balanço, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido aos julgamentos necessários para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica, incluindo a mensuração da receita não faturada, bem como o uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar essas receitas.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica incluíram, dentre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica; (b) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica; (c) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis sobre a ocorrência, integridade e exatidão da movimentação mensal das receitas de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (d) teste de transações de receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (e) avaliação e desafio se o método utilizado pela Companhia para mensurar a receita não faturada de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica foi aplicado de forma apropriada e se os cálculos foram aplicados consistentemente e estão matematicamente adequados; (f) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo uma análise independente; e (g) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a determinados controles de tecnologia da informação que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e a ampliar a extensão e natureza de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. As deficiências mencionadas foram remediadas pela Companhia dentro do exercício.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura de distribuição de energia elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e nº 13 às demonstrações financeiras, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são registrados como ativo contratual durante a fase de construção, seguindo o Pronunciamento Técnico CPC 47 /IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente a parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão.

Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação dessas normas, do julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (a) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro dos ativos de infraestrutura da distribuição; (b) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições ocorridas no exercício; (c) desenvolvimento de expectativa independente utilizando índices obtidos de forma independente para a mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (d) desenvolvimento de expectativa independente sobre o saldo de amortização dos ativos intangíveis da concessão considerando as taxas de amortização aplicáveis; (e) o exame em base amostral, da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão; e (f) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a determinados controles de tecnologia da informação que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e a ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. As deficiências mencionadas foram remediadas pela Companhia dentro do exercício.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o julgamento inerente ao processo de mensuração e os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Informações comparativas – Valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 16 de fevereiro de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles

internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e a proposta da Administração de distribuição dos resultados.

Considerando os trabalhos de análise realizados por este Conselho, os esclarecimentos obtidos sobre os atos de gestão durante o exercício social de 2022, bem como o Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, o Conselho Fiscal da Neoenergia Pernambuco, na totalidade de seus membros presentes, opina favoravelmente pela aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e Proposta de Destinação dos Resultados, estando as referidas matérias aptas a serem submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023.

Francesco Gaudio

Eduardo Valdés Sanchez

João Guilherme Lamenza

Haroldo do Rosario Vieira

Luiz Otávio Nunes West

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

O Diretor Presidente e os demais Diretores da COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida João de Barros nº 111, 9º andar, Boa Vista, Recife/PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.835.932/0001-08, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da DELOITTE, relativamente às demonstrações financeiras da NEOENERGIA PERNAMBUCO alusivas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da NEOENERGIA PERNAMBUCO relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Recife, 13 de fevereiro de 2023.

Saulo Cabral e Silva
Diretor-Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida João de Barros nº 111, 9º andar, Boa Vista, Recife/PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.835.932/0001-08, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da DELOITTE, relativamente às demonstrações financeiras da NEOENERGIA PERNAMBUCO alusivas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da NEOENERGIA PERNAMBUCO relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Recife, 13 de fevereiro de 2023.

Saulo Cabral e Silva
Diretor-Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação